

# Entidade com ações no STF e STJ banca evento para ministros

## Conselho patrocinou simpósio em resort de Búzios (RJ) com filho de Fux e representantes das duas cortes

Joelmir Tavares  
e José Marques

SÃO PAULO Um evento patrocinado por uma entidade que é parte em processos que tramitam no STF (Supremo Tribunal Federal) e no STJ (Superior Tribunal de Justiça) reuniu ministros das duas cortes superiores e advogados da causa em um hotel de luxo em Búzios (RJ) no mês passado.

O Conapra (Conselho Nacional de Praticagem), que realizou o encontro, tem como advogado Rodrigo Fux, filho do ministro do STF Luiz Fux.

As passagens e a hospedagem dos ministros no Ferradura Resort foram bancadas pela entidade, que não informou o valor gasto. O hotel, que sediou o encontro entre os dias 9 e 11 de novembro, tem diárias entre R\$ 501 e R\$ 822.

Rodrigo palestrou no evento em defesa da causa de seus clientes. Seu pai, um dos três magistrados do Supremo que compareceram, fez o discurso de abertura. Além dele, falaram Marco Aurélio e Ricardo Lewandowski.

Eles foram convidados para participar do seminário Direito Marítimo na Visão dos Tribunais, promovido pelo Conapra, organização privada que

representa o setor dos práticos, os manobristas de navios.

Por lei, embarcações comerciais precisam obrigatoriamente desses profissionais a bordo para orientar a atracação em portos do Brasil.

A categoria é contra a regulação dos preços no setor e enfrenta ações movidas por contratantes dos serviços, que reivindicam o estabelecimento de teto. Alguns práticos ganham até R\$ 300 mil por mês.

Rodrigo Fux é advogado do Conapra em processo no STJ contra a União que discute a possibilidade de fixar o teto.

A palestra do filho do ministro na conferência, segundo ele publicou em redes sociais, foi sobre “a ilegalidade e a inconstitucionalidade da tentativa de tabelamento dos serviços de praticagem no Brasil e a posição dos tribunais sobre a matéria”.

Em suas argumentações nos autos para defender o conselho, ele cita decisões do pai.

Além dos integrantes do STF, nove ministros do STJ participaram do seminário no resort — entre eles o presidente da corte, João Otávio de Noronha, e Paulo Dias de Moura Ribeiro, que figurou no material de divulgação como coordenador científico do simpósio.

As mesas versaram sobre temas como segurança jurídica, aspectos tributários e responsabilidades dos práticos nos acidentes de navegação. Não houve palestrantes que representassem partes favoráveis à regulamentação de teto salarial para a categoria.

A lista de convidados tinha ainda dois desembargadores federais e um desembargador do Tribunal de Justiça do Rio. Wilson Witzel (PSC), governador eleito do estado, também esteve no local. O anfitrião foi o presidente do Conapra, Gustavo Martins.

“[O prático] É um verdadeiro comandante. Ele assume o navio para a entrada no porto. Ele que conhece os aspectos alusivos ao porto, inclusive os canais existentes”, afirmou Marco Aurélio em reportagem da TV Record que abordou o evento, sem citar Fux.

Diferentemente dos dois colegas de STF, Fux não posou para a foto oficial do encontro. Imagens em redes sociais, no entanto, confirmam que ele esteve no resort.

Nenhum dos ministros da turma julgadora da ação do Conapra no STJ estava no simpósio, mas é possível que algum dos presentes tenha que futuramente tomar decisões sobre temas relacionados.

O Conapra não diz se os palestrantes foram remunerados.

Esse processo está relacionado a uma liminar obtida pela Conapra que suspendeu uma determinação do Rio para impor teto ao pagamento dos manobristas de navios. O caso também chegou ao STF, mas os autos ainda não foram distribuídos a um relator.

Consultadas pela **Folha**, duas entidades que representam contratantes dos práticos disseram que não foram convidadas nem tinham conhecimento prévio do evento.

**CONTINUA**

08 DEZ 2018

## FOLHA DE S. PAULO

### CONTINUAÇÃO

“É sempre interessante participar de debates que envolvam atividades que dizem respeito a serviços obrigatórios para as empresas de navegação”, afirmou o Syndarma (Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima).

O CentroNave (Centro Nacional de Navegação), outra associação de tomadores de serviços do setor, disse que o ideal seria que a entidade tivesse sido chamada. “Temos legitimidade para falar do tema e especialistas em direito marítimo que poderiam contribuir com o seu conhecimento sobre a matéria.”

### Entidade diz que convite atendeu a critério técnico

#### OUTRO LADO

O Conapra, em nota, disse que os palestrantes do evento foram escolhidos “com independência técnica” e que foram chamados “magistrados ou advogados com atuação no contencioso judicial”.

A entidade afirmou que “outros atores do meio jurídico com atuação no direito marítimo também foram convidados e não compareceram por motivo de agenda”, mas não indicou nomes nessa situação.

O Conapra afirmou ainda que não houve uso de recursos públicos no seminário, mas não quis informar o custo total do evento.

“O apoio financeiro do Conapra a eventos da comunidade marítima é antigo e frequente, fazendo parte de suas atividades institucionais como associação civil, entidade sem fins lucrativos que congrega a praticagem brasileira.”

O STF não respondeu a perguntas da Folha sobre a presença dos três membros no evento. O gabinete de Fux informou que ele não se pronunciará.

O magistrado é impedido de julgar qualquer caso em que o filho atue. Pelo Código de Processo Civil, juízes ficam proibidos de analisar ações que envolvam seus parentes diretos.

O advogado Rodrigo Fux também não se manifestou.

A reportagem não obteve resposta do STJ.

08 DEZ 2018

# FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

## BANHO MARIA

O CNJ (Conselho Nacional de Justiça) deve adiar o julgamento do ex-juiz Sergio Moro, acusado, entre outras coisas, de parcialidade em decisões que tomou como magistrado.

**CHUVEIRO** O corregedor nacional de Justiça, Humberto Martins, queria decidir se Moro ainda poderia ser julgado pelo CNJ, já que deixou a carreira. Outros integrantes do colegiado questionaram a pressa.

**BANHEIRA** De acordo com um deles, não é hora de tirar Moro do alcance do CNJ, arquivando de pronto seus processos.

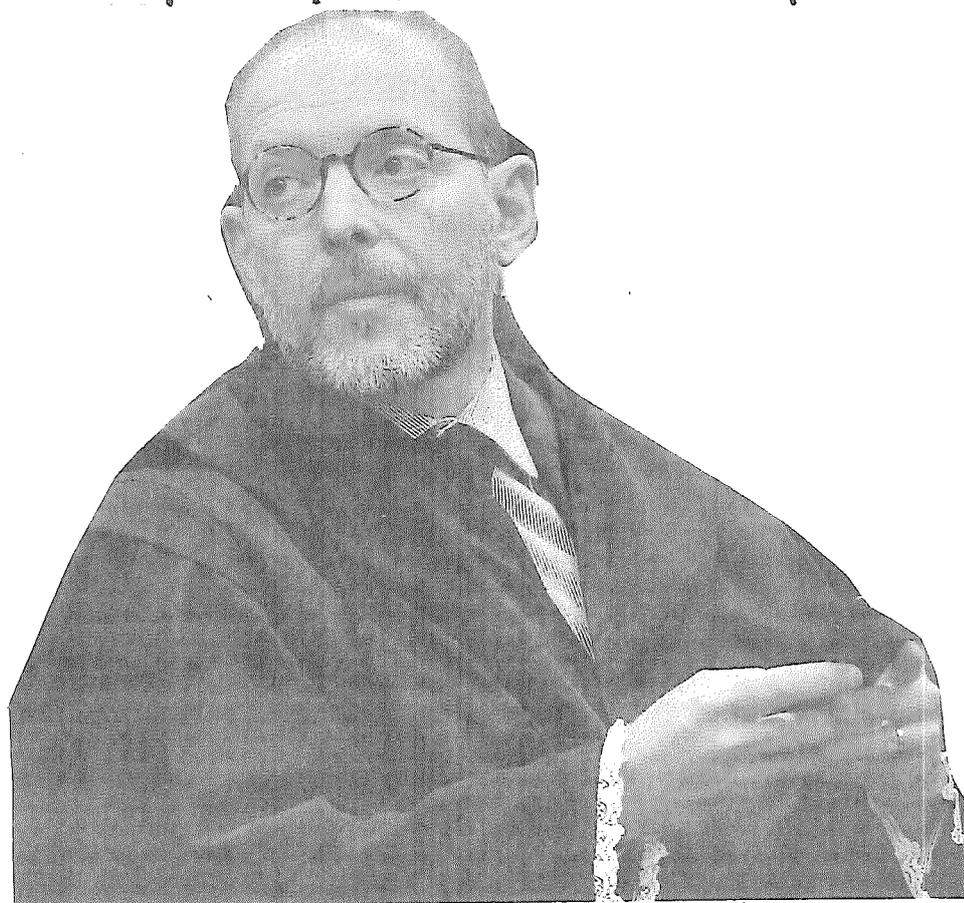
**NAMIRA** Por outro lado, não há clima para condená-lo. O melhor, portanto, seria deixar os casos em banho-maria. E Moro sob tensão.

08 DEZ 2018

FOLHA DE S. PAULO

# Antonio Sérgio Pitombo Juiz-estrela como foi Moro tende a ser parcial em seus julgamentos

Advogado lança livro sobre magistrados que se tornam celebridade e afirma que a exposição nas redes sociais prejudica a imparcialidade



**ANTONIO  
SÉRGIO DE  
MORAES  
PITOMBO,  
49**

Fez graduação, mestrado e doutorado na USP e pós-doutorado na Universidade de Coimbra. Teve entre seus clientes o presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL), o empresário Daniel Dantas e o bispo Edir Macedo, fundador da Igreja Universal. Em setembro deste ano, defendeu Bolsonaro da acusação de racismo no Supremo, que arquivou o caso. Ele diz que não cobrou nada

**CONTINUA**

## CONTINUAÇÃO

### ENTREVISTA

Mario Cesar Carvalho

SÃO PAULO Juiz-estrela, aquele que divulga tudo o que faz e alimenta o público em busca de apoio, comete um pecado mortal para o mundo do direito: tende a ser parcial, segundo o advogado Antonio Sérgio de Moraes Pitombo.

A conclusão deriva da pesquisa que fez para o seu pós-doutorado, defendido na Universidade de Coimbra em 2012 e sintetizada no livro "Imparcialidade da Jurisdição".

Pitombo, um criminalista que já defendeu o presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL), no Supremo e ganhou no caso de acusação de racismo, diz não ter a menor dúvida de que Sergio Moro foi um juiz-estrela. "Ao se tornar um juiz-estrela, ele passa a ter um grau de exposição que pode lhe retirar a imparcialidade, independente da vontade", afirma.

A culpa, segundo ele, é exposição gerada pelas redes sociais, algo que não pode ser mudado. O que pode ser mudado, para ele, é o modo como os tribunais tratam as suspeitas de parcialidade: "O meu trabalho procura mostrar que isso não é uma ofensa ao juiz".

O que é um juiz-estrela? Juiz-estrela é o que atua em caso de repercussão e que o caso passa a ser de atenção da sociedade porque toda a mídia o acompanha. E ele passa a ter as suas decisões avaliadas pela imprensa, pelo público, pelas discussões na internet.

Moro foi um juiz-estrela? Indiscutivelmente.

Isso afeta a imparcialidade? Isso precisa ser analisado caso a caso. É evidente que um juiz-estrela fica mais exposto às influências da sociedade sobre suas próprias

decisões. O ponto a analisar é se o juiz passa a decidir para agradar ao público ou para fazer justiça.

Moro foi acusado de parcialidade na condenação do ex-presidente Lula. Faz sentido essa acusação? Eu não chamaria de acusação. Temos que tirar essa adjetivação equivocada. A exceção é um meio de defender. Todo acusado no di-

reito brasileiro tem o direito de indicar que há a suspeita de que o juiz perdeu a imparcialidade. O meu trabalho procura mostrar que isso não é uma ofensa ao juiz. A perda da imparcialidade pode acontecer independentemente da vontade do juiz e isso não pode gerar no tribunal um espírito de corpo de proteção ao juiz.

Mas é o que ocorre. É. Eu me coloco na posição desse juiz-estrela. Não estou apontando o dedo para ninguém. Talvez se fosse eu, num caso de repercussão, com minhas decisões sendo divulgadas na internet, com as redes sociais debatendo as minhas decisões, será que eu não perderia o espírito de neutralidade, particularmente quando é uma figura histórica?

Como se resolve isso? Aquela ideia do século 19, do juiz fechado em seu gabinete, que ninguém influencia, desapareceu. Hoje o juiz é contatado pelo WhatsApp, vê que a sociedade detestou uma decisão dele, ele lê nos jornais, vê uma manifestação no Facebook e passa a aquilatar como ele é lido pela sociedade. Isso pode tirar a imparcialidade dele, sem que isso atinja a honestidade e a seriedade dele. É um dado objetivo. O tribunal precisa deixar de ter essa visão retrógrada, de querer proteger o juiz.

Qual o problema dos juizes que divulgam todos os atos que fazem e usam a opinião pública para referendar suas decisões? Isso compromete a imparcialidade? Compromete, sim. O juiz não está para agradar o povo, o juiz está lá para fazer justiça. E muitas vezes as decisões criminais contrariam o sentimento popular. Primeiro, há um engano sobre o que seja processo penal. Processo penal é um instrumento de proteção da liberdade jurídica do indivíduo. É para proteger o réu. Não é para jogar o réu nas masmorras. Essa é uma visão leiga.

Não é legítimo a sociedade pressionar juizes por meio de redes sociais? Você tem toda a razão, mas isso tem de ser claro e precisa estar nos autos. Você como acusado não pode sofrer o influxo de uma pressão do juiz que você não sabe de onde vem. Ou o juiz pode dizer que recebeu informações extra-autos, que eu recebi no meu Facebook ou no meu WhatsApp um dado sobre este processo. O que não pode acontecer é o juiz ser pressionado por rede social sem que isso conste dos autos. Se alguém for condenado por algum elemento que não está nos autos, o tribunal que vai cuidar da apelação não vai poder julgar. Todos estão sendo traídos.

Moro já disse que vai propor uma série de mudanças para, na visão dele, acelerar o processo de punição de criminosos de colarinho branco, como a prisão a partir da segunda instância e a redução de prazos nos recursos. Isso reduz a criminalidade? A primeira coisa é que tudo isso precisa ser debatido no Congresso de forma mais técnica. Reformas penais voltadas para endurecimento de penas e restrição de direitos estão fadadas ao fracasso.

**CONTINUA**

08 DEZ 2018

## FOLHA DE S. PAULO

### CONTINUAÇÃO

Endurecer a lei não resolve? Não resolve. O ponto é a sistemática. Endurecer para quê? Endurecer para quem? Com que sentido? É preciso ser dito uma coisa: nosso problema não é a corrupção, não é organização criminosa. Nosso problema é segurança pública. Desde 1984 só tivemos reformas pontuais, não sistêmicas, e as reformas pontuais criaram muita ilogicidade. A ideia de código é essencial. Mas o Brasil faz reformas conforme o crime da vez. O Congresso Nacional funciona por eco. Há um crime que provoca comoção e o Congresso muda a lei. As Dez Medidas são um oportunismo da Lava Jato. Essa ideia de fazer uma política contra a corrupção não é técnica, jurídica. É um discurso político.

“

É evidente que um juiz-estrela fica mais exposto às influências da sociedade sobre suas próprias decisões

Hoje o juiz é contatado pelo WhatsApp, vê que a sociedade detestou uma decisão dele, ele lê nos jornais, vê uma manifestação no Facebook e passa a aquilatar como ele é lido pela sociedade. Isso pode tirar a imparcialidade dele, sem que isso atinja a honestidade e a seriedade dele

# FOLHA DE S. PAULO

## HÉLIO SCHWARTSMAN Um xerife no ministério

08 DEZ 2018

SÃO PAULO A decisão de Sergio Moro de trocar a toga de juiz pela caneta de ministro não fez muito bem à sua imagem pessoal nem à do Judiciário, mas estamos falando mais de um arranhão do que de uma ferida mortal. Sem prejuízo de outros questionamentos, não penso que se possa argumentar seriamente que Moro condenou Lula, em julho de 2017, quando quase ninguém considerava a candidatura Bolsonaro viável, com o objetivo de obter um cargo no que viria a ser seu governo.

E, agora que o ex-magistrado está na equipe de Bolsonaro, creio que ele pode agir como uma força moderadora sobre o presidente eleito. Ainda que Moro possa ser descrito como linha dura em matéria penal, é bom que o núcleo do governo conte com alguém familiarizado com conceitos como direitos e garantias fundamentais, devido processo legal, impessoalidade da administração.

Se dava para defender que o candidato Bolsonaro, detentor de um discurso intolerante e antidemocrático, não deveria ser normalizado, agora que ele é presidente eleito precisa não só ser normalizado como institucionalizado (perdoe-se o duplo sentido). Moro pode ajudar nisso.

Em relação à pauta do Ministério da Justiça propriamente dita, o ex-juiz também pode contribuir. Ele tem a expertise e a vontade para desenvolver novos mecanismos de combate à corrupção. O fato de o passivo do governo Bolsonaro nessa seara ser pequeno torna verossímil que observemos avanços concretos.

Onde eu penso que Moro terá problemas é em relação aos crimes comuns praticados por bandidos ordinários, que são justamente aqueles que causam a sensação de insegurança. O governo federal nem sequer dispõe de um corpo policial adequado para enfrentar esse tipo de delinquência. Não dá para colocar a Polícia Federal para perseguir qualquer assaltante ou punquista. Não obstante, como Moro acabou cultivando a imagem de xerife que tudo resolve, é pela sensação de insegurança que ele será cobrado.

08 DEZ 2018

## FOLHA DE S. PAULO

# Com Moro, luta contra crime terá ótimo reforço, diz venezuelana

Marco Rodrigo Almeida

SÃO PAULO Dedicada ao estudo das redes de comércio ilícito no mundo, a venezuelana Vanessa Neumann diz que a escolha de Sergio Moro para ministro da Justiça poderá inaugurar uma excelente fase de combate à corrupção.

“Creio que será um ótimo caminho. Moro é excelente. E acabar com a corrupção foi um dos focos da campanha de Bolsonaro. Será uma excelente oportunidade de enfrentar o problema dos crimes nas fronteiras”, diz a analista.

Neumann veio ao Brasil na semana passada lançar o livro “Lucros de Sangue”, no qual propõe uma intrigante questão: qual a relação entre o contrabando de cigarros no Brasil e ataques terroristas na Europa ou África?

Presidente da Asymmetrica, consultoria de estratégias que atende governos e clientes corporativos empenhados em debelar redes de comércio ilícito, ela pesquisa há mais de uma década os impactos desses crimes em governos e sociedades.

O interesse pelo tema foi despertado em seu próprio país, ao examinar os papéis desempenhados pelo governo de Hugo Chávez e pelo tráfico de drogas para o fortalecimento das Farc (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia). “Conheci garotos que perderam braços e pernas após atentados a bomba das Farc. Tudo isso financiado pelo narcotráfico. Não entendia por que meu governo estava apoiando grupos terroristas.”

Mais recentemente, sua consultoria se dedicou a investigar o uso de recursos provenientes do contrabando e lavagem de dinheiro na América Latina para financiar grupos terroristas do Oriente Médio.

Neste ano, Neumann e sua equipe produziram um relatório, batizado de Hidra de Ouro, a respeito das conexões entre o comércio ilícito na área da Tríplice Fronteira latino-americana (onde Brasil, Argentina e Paraguai se encontram) e o Hezbollah libanês. O material originou um capítulo final exclusivo da edição brasileira de seu livro.

Neumann conta que nessa região fronteiriça até 70% de todas as transações comerciais realizadas são ilícitas. Estima-se que isso gere cerca de US\$ 43 bilhões anuais de dinheiro escuso.

Segundo a pesquisa, a organização criminoso mais poderosa do Brasil, o PCC (Primeiro Comando da Capital), estende seus braços de atuação em várias cidades paraguaias.

Fontes de Neumann na Polícia Federal afirmaram que traficantes ligados ao Hezbollah ajudaram o PCC a conseguir armamentos em troca de proteção a presos libaneses em cadeias brasileiras. “É uma interação cada vez mais comum. Terroristas aprendem um negócio lucrativo. Grupos criminais aprendem técnicas de terror contra o Estado.”

O cigarro é um dos principais produtos de contrabando na região da Tríplice Fronteira. A autora explica que já na década de 1990 esse comércio gerava fundos para grupos terroristas, como a Al Qaeda.

O livro cita que cigarros contrabandeados do Paraguai deixam de arrecadar em impostos no Brasil cerca de US\$ 3 bilhões anuais. Em todos esses casos na fronteira, dois problemas são recorrentes: a fragilidade da vigilância e a conivência das autoridades.

Neumann avalia que Moro deveria fazer da Tríplice Fronteira um dos focos de sua gestão. “Esses crimes estão chupando o sangue da segurança, da economia, dos negócios legítimos. E ainda infiltram no país grupos terroristas. Combatendo o crime na fronteira, já se cumprem várias promessas do novo governo.”

Sem a participação do consumidor, contudo, qualquer missão estará fadada ao fracasso, ressalta. “O consumidor precisa saber das consequências de seu ato. Não basta exigir ações do governo. A aparente vantagem de comprar um produto mais barato acarreta custos altíssimos para todos.”

### Lucros de Sangue

Autora: Vanessa Neumann;  
Editora: Matrix; Tradução: Daniela Belmiro e Fernando Effori de Mello;  
Págs.: 320; Quanto: R\$ 59,90

08 DEZ 2018

## FOLHA DE S. PAULO

### Em família

**Movimentação financeira de ex-assessor de filho de Bolsonaro precisa ser esclarecida, para que não parem dúvidas sobre conduta do presidente eleito**

Entre os meses de janeiro de 2016 e de 2017, o policial militar Fabrício José Carlos de Queiroz foi responsável por movimentações bancárias no valor de R\$ 1,2 milhão, uma quantia aparentemente incompatível com sua realidade financeira.

Naquele período, Queiroz trabalhava como assessor parlamentar do deputado estadual Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) —que é filho do presidente eleito, Jair Bolsonaro, e conquistou cadeira no Senado para a próxima legislatura.

Segundo um relatório produzido pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), relativo à Operação Furna da Onça (um desdobramento da Lava Jato no estado), entre as transações de Queiroz estaria um cheque de R\$ 24 mil destinado a Michelle Bolsonaro, futura primeira-dama do país.

Tais informações, originalmente divulgadas pelo jornal O Estado de S. Paulo, causam apreensão às vésperas de um novo ciclo presidencial cercado de promessas e expectativas de moralidade.

Se já provocava constrangimento o episódio de caixa 2 admitido pelo futuro ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni (ao qual se seguiram suspeitas de nova parcela supostamente paga pela empresa JBS), agora é o próprio núcleo familiar do presidente eleito que se

vê diante da necessidade de prestar esclarecimentos à opinião pública.

Afinal, qual a origem do dinheiro à disposição do assessor parlamentar? Por que ele tinha valores a pagar à esposa do presidente eleito?

A propósito, chama a atenção, pelo ineditismo, a influência que vem sendo exercida pelos filhos do futuro mandatário na conformação do novo governo.

Impressiona a desenvoltura dos herdeiros de Bolsonaro quando se trata de operar nos bastidores, dar palpites sobre temas variados e até falar em nome do pai — não raro de modo a criar embaraços.

Agora, contudo, a situação mostra-se particularmente espinhosa. Não se trata de uma manifestação desastrada de um dos “garotos” (como o pai costuma referir-se aos filhos), mas de suspeita documentada acerca de movimentação financeira sem origem conhecida.

O caso torna-se mais nebuloso ao se saber que o assessor também fez depósitos em favor de sua filha — até recentemente empregada no gabinete de Jair Bolsonaro.

Para que não parem dúvidas sobre a conduta do futuro chefe do Executivo e de seus familiares, é preciso que o caso seja esclarecido com presteza. As explicações dadas até agora para tantas operações permanecem insatisfatórias.

08 DEZ 2018

## FOLHA DE S. PAULO

### **Liberdade de expressão é condição para a paz, dizem especialistas**

SÃO PAULO “É uma condição de paz social que eu confira ao outro a possibilidade de me ofender. [...] O direito à tolerância é avô do direito à liberdade de expressão”, disse Oscar Vilhena, diretor de direito da FGV-SP e colunista da Folha.

A ideia foi exposta no Primeiro Congresso Internacional de Direitos Humanos da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) de São Paulo, evento em homenagem aos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos nesta sexta-feira (7).

A visão de que o direito à liberdade de expressão vai de encontro a outros direitos fundamentais mas tem prevalência foi partilhada pelos demais expositores —Miguel Matos, membro do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, e Taís Borja Gasparian, vice-presidente da Comissão de Liberdade de Imprensa da OAB-SP e advogada da Folha. A mesa foi presidida por Walter Vieira Ceneviva, presidente da Comissão de Liberdade de Imprensa da OAB-SP.

Para Vilhena, o direito à liberdade de expressão prevalece por cumprir três funções: a de proporcionar paz social, a de possibilitar que críticas sejam feitas e a partir delas a sociedade evolua, e a de ser pedra fundamental da democracia.

A grande questão —não resolvida no Brasil pela jurisprudência— é quais são os limites desse direito.

“O Judiciário, com exceção do Supremo Tribunal Federal, que tem tomado decisões a favor, não foi capaz de fazer essas distinções e entender essa prevalência. O advogado que lida com liberdade de expressão é por natureza alguém que enfrenta dilemas filosóficos todos os dias”, afirmou Vilhena.

Os palestrantes veem no Judiciário uma ameaça. “Nessa colisão de direitos, há uma certa interferência às vezes do Judiciário agindo numa clara censura judicial”, disse Matos, que edita o portal Migalhas.

Um exemplo mencionado pelos palestrantes é o direito ao esquecimento.

Gasparian listou outros modos atuais de fazer calar um jornalista, como a combinação entre a ausência de teto para valores de indenização, a possibilidade de processá-lo como pessoa física e não seu veículo e o prazo de três anos para ajuizar uma ação.

Trazendo a discussão para a atualidade, Marcos da Costa, presidente da OAB-SP, afirmou que a palavra que mais define o momento atual é intolerância e lembrou ataques a jornalistas e advogados.

Vilhena afirmou que a Constituição Federal, que completa 30 anos, e a Declaração Universal dos Direitos Humanos, com 70, aniversariam sob ataque.

“A crise econômica, um certo desencantamento com as instituições do liberalismo democrático, o ressurgimento do nacionalismo abriram espaço para vozes absolutamente descompromissadas com os direitos, quando não adversas a eles”, afirmou.

“E o Brasil é um país onde essas vozes chegaram ao poder, fazendo uso da liberdade de expressão com o objetivo de privar outros do exercício do direito”, completou, sem mencionar diretamente a eleição de Jair Bolsonaro (PSL).

08 DEZ 2018

## FOLHA DE S. PAULO

### Justiça suspende leilão de empresa da Eletrobras no AM

SÃO PAULO Uma decisão Justiça Federal do Amazonas desta sexta (7) poderá prejudicar a privatização da distribuidora da Eletrobras no Amazonas. O leilão da companhia está marcado para segunda (10), em São Paulo.

Caso a liminar não seja derubada, o certame será cancelado, tornando mais provável a extinção da companhia.

Esse cenário é considerado o pior possível por representantes do setor, pois poderia colocar em risco a continuidade do serviço no estado, além de transferir passivos bilionários à Eletrobras e provocar a demissão em massa dos funcionários.

Eletrobras e BNDES, responsável pela organização do leilão, não se pronunciaram até a conclusão desta edição.

### PAINEL DO LEITOR

#### Abordagem a Lewandowski

Por que o advogado que abordou o ministro Ricardo Lewandowski não foi a Brasília e pediu uma audiência com o presidente do Supremo Tribunal Federal para manifestar a sua "vergonha"? É razoável presumir que não o fez porque não haveria plateia, não haveria como gravar vídeo, não haveria espetáculo a ser divulgado. Se partirmos do pressuposto de que cada um tem direito a um "STF que decide conforme penso", como ficamos?

José Galdino da Silva Filho  
(Jaboatão dos Guararapes, PE)

09 DEZ 2018

## FOLHA DE S. PAULO

### Moro contra o crime

Futuro ministro mobiliza meios em que o governo pode ser eficaz contra os cartéis da delinquência, mas ideologia atrapalha na questão dos presídios

Combater o crime organizado, associado ao tráfico de drogas, tornou-se um dos pontos de foco anunciados pelo futuro ministro da Justiça, Sergio Moro. Os meios escolhidos pelo ex-juiz para a empreitada reconhecem tanto as limitações quanto as vantagens do governo federal nessa área.

A segurança pública, como se sabe, é atribuição constitucional sobretudo dos estados, aos quais estão subordinados os maiores contingentes policiais. À União competem tarefas complementares, como a de atuar em crimes transfronteiriços e a de coordenação.

Como o sistema de pagamentos está estruturado em nível nacional, a vigilância sobre movimentações atípicas — importante para a investigação das organizações criminosas mais salientes — requer uma entidade federal eficaz.

Esta, de preferência, deve estar diretamente conectada às autoridades incumbidas do combate aos cartéis da delinquência.

A transferência do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) do ministério da Fazenda para o da Justiça atende a essa recomendação. A ênfase na cooperação e na troca de informações com governos estrangeiros segue preocupação análoga, pois atividades como o tráfico de drogas estão largamente internacionalizadas.

Alvejar as conexões entre a criminalidade organizada e o aparelho do Estado, diretriz expressa pelo

futuro secretário nacional de Segurança Pública, o general da reserva Guilherme Theophilo, também integra o rol de condutas nas quais agentes federais podem produzir maior impacto que os estaduais.

Da mesma forma, a prometida melhora, por meio de inteligência e tecnologia, do controle das fronteiras, uma competência da União, elevaria os custos incorridos por traficantes e contrabandistas.

Até agora pouco se ouviu falar, entretanto, dos planos do ministro Sergio Moro para os presídios brasileiros, os grandes celeiros de violentas organizações criminosas atuantes no Brasil.

Gravar o que reclusos e seus advogados conversam, além de levantar sérias dúvidas sobre ofensas a direitos fundamentais, nem de longe será uma solução.

Há quase 700 mil presos no Brasil, segundo o Conselho Nacional de Justiça. Um quarto dos crimes imputados a essa população corresponde a tráfico de drogas. Outro quarto, a roubo. Quase 300 mil não têm condenação. São privados de liberdade por decisões provisórias.

Nesse aspecto, a ideologia punitivista do futuro governo, à qual Moro parece aderir, apenas agravará o quadro. Recusar-se à adoção de medidas de óbvia racionalidade, como desencarcerar pequenos traficantes ou indultar presos de baixa periculosidade, empurrará batalhões de novos recrutas para as fileiras do crime organizado.

09 DEZ 2018

## FOLHA DE S. PAULO

BRUNO BRANDÃO

Diretor-executivo da Transparência Internacional-Brasil

# Olhar para a frente na luta contra a corrupção

## Brasil deve assegurar que não haja retrocessos

Neste domingo (9) o mundo celebra o Dia Internacional da Luta contra a Corrupção, e há quase cinco anos o Brasil tem atraído as atenções do mundo nessa matéria.

Primeiro, chocando o planeta com a dimensão dos escândalos revelados pela Lava Jato, o que causou dano à reputação do país, que ganhou, inclusive, a pecha de “exportador de corrupção”. Após o assombro inicial, no entanto, o que vem chamando a atenção é a resposta contundente das autoridades brasileiras, rompendo uma tradição de impunidade quase absoluta de criminosos de colarinho branco.

A resposta que o país tem dado à corrupção se destaca, principalmente, quando comparada à situação de outros países emergentes, como Rússia, China e Índia, ou nossos vizinhos Argentina e México. Em nenhum deles se observa uma reação tão vigorosa.

Essa diferenciação já vem sendo identificada, inclusive, como vantagem competitiva que o país tem pau-

latinamente construído para si em um mercado global cada vez mais atento aos riscos de compliance.

A Lava Jato não surge do vácuo, mas de uma evolução institucional, legal e social que criou condições para que o país realmente alcance um novo patamar no controle da corrupção. Contudo, o Brasil deve assegurar que esse avanço não sofra retrocessos, pois as tentativas de sabotagem são constantes e vêm de todos os lados. Movimentos recentes na Câmara dos Deputados ameaçam reverter os avanços da Lei das Estatais e abrir novamente espaço para o aparelhamento político.

Essa tentativa pode ser barrada pela pressão da sociedade (o projeto está agora no Senado), mas outra já é praticamente uma batalha perdida: o acintoso indulto natalino do presidente Michel Temer deve, ao que tudo indica, efetivar-se após análise do Supremo Tribunal Federal. Esse legítimo instrumento de política humanitária foi deturpado para forçar a impunidade de pode-

rosos, chegando ao escárnio de indultar, inclusive, multas.

O país deve não apenas manter-se vigilante às tentativas de retrocesso, mas também olhar para frente na luta contra a corrupção e mirar reformas que ataquem as raízes da corrupção sistêmica.

Não podemos nos iludir e tomar a Lava Jato como o novo patamar de atuação de todo o sistema judiciário brasileiro. A realidade ainda é um sistema disfuncional nas duas pontas: massacra o pequeno com um punitivismo exacerbado (e ilegal) e garante a impunidade aos grandes. Por isso, será um grande passo o fim do foro privilegiado — e um passo muito maior será a eliminação dos privilegiados em qualquer foro.

A Transparência Internacional aliou-se à Fundação Getúlio Vargas para convidar os brasileiros a desenvolver sua própria agenda de reformas anticorrupção e apresentá-la aos governantes e parlamentares eleitos. Com a contribuição de quase 200 especialistas, instituições de diversos setores e participação direta de cidadãos, construímos as Novas Medidas contra a Corrupção.

Esse conjunto de 70 proposições legislativas e regulatórias já é considerado o maior pacote anticorrupção do mundo e tem a legitimidade de ter sido construído pela sociedade. Agora nossos representantes no Legislativo devem debatê-lo, eventualmente ainda melhorá-lo, e implementá-lo.

A luta contra a corrupção é uma luta pelo resgate, proteção e ampliação dos direitos. O Brasil, unido, pode vencer essa luta.

09 DEZ 2018 **GASPARI**

**Mão de Moro**

Tem gente convencida de que o futuro ministro Sergio Moro tentará colocar o procurador Deltan Dallagnol na Procuradoria-Geral da República quando terminar o mandato de Raquel Dodge.

**Um mestre**

Sergio Moro deveria dar uma olhada na atuação do procurador Robert Mueller, que está infernizando a vida de Donald Trump.

Ele dirigiu a Polícia Federal americana por 12 anos. Excedeu o prazo permitido por lei e foi mantido por decisão especial e unânime do Congresso.

Como Moro, ele gosta de botar delinquentes na cadeia, mas enquanto esteve no FBI só abriu a boca para louvar seus agentes. Agora, não diz nem bom dia à imprensa.

Essa conduta tem uma explicação: o FBI foi criado e dirigido por 48 anos por J. Edgar Hoover, um mastim que emparedava presidentes e manipulava a imprensa com a destreza de um bailarino.

**Delírio**

Antes da instalação de um novo governo os poderosos da ocasião podem tudo, inclusive delirar.

Do entorno de Jair Bolsonaro saiu a informação de que o juiz Marcelo Bretas poderia ser nomeado para o Superior Tribunal de Justiça. Podem até querer que ele voe, mas para o STJ não podem mandá-lo.

Bretas é um juiz federal da primeira instância. A Constituição prevê que o STJ seja composto por desembargadores federais, estaduais, procuradores e advogados de militância privada.

Todos precisam entrar em listas triplices saídas do próprio STJ. Só então é que o caso se resolve com a caneta do presidente.

Às vezes, é mais fácil nomear um desembargador para o Supremo do que para o STJ. Foi o que ocorreu com Ricardo Lewandowski e Ellen Gracie.

## FOLHA DE S. PAULO

### PAINEL Sem perdão

A ordem no Palácio do Planalto é não tratar do decreto de indulto natalino deste ano antes que o Supremo Tribunal Federal encerre a discussão sobre o de 2017, que afrouxou as regras para concessão de perdão a condenados. Ao julgar ação que levou à suspensão dos efeitos da medida, a maioria dos ministros da corte defendeu as prerrogativas do chefe do Executivo e votou pela manutenção do texto original, mas um pedido de vista de Luiz Fux interrompeu o julgamento há uma semana.

**EM TUAS MÃOS** O texto do novo decreto ainda está sob análise da consultoria jurídica do Ministério da Segurança Pública. Se Fux não devolver o processo e o STF não concluir o julgamento antes do Natal, é possível que o presidente Michel Temer nem sequer conceda indulto neste ano.

**NOLIMBO** Temer acha que um novo decreto pode ser alvo de questionamento se o Supremo deixar o caso em aberto. Com a virada do ano, diz a Defensoria Pública da União, a medida de 2017 expiraria e a ação contra ela perderia objeto sem fixar o entendimento da corte sobre o tema.

**FILA NO CÃCERE** Um ministro do STF teme que esse desfecho alimente pressões sobre a corte. Segundo ele, advogados de presos que contam com os benefícios do indulto poderiam entrar com habeas corpus para que a vontade da maioria dos ministros prevaleça.

### FRASES DA SEMANA

**Sergio Moro**

sobre a decisão de trocar a magistratura pelo Ministério da Justiça

“Temos no Brasil uma expressão segundo a qual alguém diz estar cansado de levar bola nas costas. [...] Meu trabalho no Judiciário era relevante, mas tudo aquilo poderia se perder”

**Ricardo Lewandowski**

ministro do STF, em resposta à crítica

“Vem cá, você quer ser preso? Chama a Polícia Federal”

**Cristiano Caiado de Acioli**

rebatendo o ministro

“Eu não posso me expressar? Chama a Polícia Federal então”

**Ricardo Lewandowski**

à coluna Mônica Bergamo

“Eu me senti na obrigação de defender a honra do Supremo”

# 09 DEZ 2018

## FOLHA DE S. PAULO

### PAINEL DO LEITOR

#### Judiciário

Não podemos achar que insulto é direito à livre expressão. Insulto público, independentemente a quem é dirigido, trata-se de um ato de transgredir o respeito ao outro como indivíduo. Nunca me esquecerei dos gritos contra Dilma Rousseff na Copa, quando ficou explícito que desaprendemos a noção de civilidade. Não podíamos ter admitido tal agressão, mas nos calam. Concordo inteiramente com Demétrio Magnoli, pois tanto esquerda quanto direita elegem seus inimigos, seus infernos, os "outros" ("A hora dos alunos", Poder, 8/12).  
Leticia Ferreira (Pelotas, RS)

Considero um absurdo pessoas virem a público afirmar que o cidadão que abordou o ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal, foi mal-educado. Ora, qualquer pessoa que encontre com esse ministro ou com outros deve ser franco e direto com eles. Afinal, os ministros são funcionários públicos e não estão correspondendo aos anseios da sociedade.  
Antônio Carlos Romeu Fogaça  
(São Paulo, SP)

Ricardo Lewandowski está certo. A classe média precisa aprender que a luta política deve ser dirigida contra o sistema, não contra pessoas. Todos têm o direito de discordar das decisões do STF, mas o ministro também tem o de viajar sem ser incomodado. Até eu, que não sou nada, se for agredido verbalmente no avião, vou chamar quem? A polícia ("Vergonha de ser brasileiro", de Hélio Schwartzman, Opinião, 7/12).  
Raimundo Carvalho (Vitória, ES)

A única grande falha que vi no desabafo do advogado é que houve uma injusta generalização da instituição. O STF conta, na sua grande maioria, com excelentes magistrados, extremamente capazes e dignos de nosso total respeito ("O Supremo é uma vergonha mesmo", de Mariliz Pereira Jorge, Opinião, 6/12).  
Luiz Carrieri (São Paulo, SP)

É lamentável ler a reportagem "Entidade com ações no STF e STJ banca evento para ministros" (Poder, 8/12) e no final saber que o STJ (Superior Tribunal de Justiça) nada respondeu, que o advogado Rodrigo Fux não se manifestou e que o STF (Supremo Tribunal Federal) também não respondeu às perguntas da Folha. É revoltante constatar que o Judiciário se considera um semideus e não dá satisfação à sociedade. Será que o CNJ (Conselho Nacional de Justiça) se manifestará?  
Pedro Borges Salum, administrador de empresas (São Paulo, SP)

Acredito que juízes podem ser influenciados pela mídia, pelas mídias sociais, pelos interesses econômicos, por amizades, por traumas, pela vaidade, pelo mau humor ("Juiz-estrela como foi Moro tende a ser parcial em seus julgamentos", Poder, 8/12). Isso se torna mais problemático à medida que um juiz pode decidir sozinho e essa decisão levar anos para ser corrigida, como ocorre no Brasil.  
Marcos de Luca Rothen (Goiânia, GO)

Ao aparecer um juiz honesto e corajoso para usar as leis e pôr os malfeitores poderosos na cadeia, aí vira estrela, quando deveria ser considerada normal sua atitude.  
José Carlos Pires Monteiro  
(Taubaté, SP)

10 DEZ 2018

## FOLHA DE S. PAULO

O ASSUNTO É 70 ANOS DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

ISAËL ROTH

Curadora e produtora cultural no Acervo Otávio Roth (AcOR)

### O papel social da arte É imprescindível não deixar de se indignar

Seja pelas sucessivas notícias de violações de direitos ocorridas no Brasil e no mundo, seja pela celebração da presente efeméride, a urgência de garantir o cumprimento dos princípios afirmados na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) permanece, mesmo passados 70 anos da assinatura desse documento histórico.

Todos devem participar desse amplo esforço político, e o grande desafio é garantir as condições mínimas para que cidadãos dos mais variados espectros sociais e políticos se sintam contemplados e motivados a discutir e defender os direitos humanos.

Em meados dos anos 1970, o artista plástico e ativista Otávio Roth (1952-1993), então residente em Oslo, teve acesso ao texto integral da DUDH. Otávio percebeu a importância daquele material, mas chocou-se com a maneira como este se apresentava, com uma “letra ilegível, em um papelzinho mixuruca”.

O artista se lançou em um longo projeto para transcrever e ilustrar cada um dos artigos da DUDH,

que resultou em uma série de 30 xilogravuras sobre papel artesanal, cuja harmônica articulação de elementos estéticos — tipografia, cores e ilustrações-síntese — permitia a aproximação espontânea do público ao texto.

Expostas em São Paulo até janeiro como parte da mostra “Para Respirar Liberdade”, realizada pelo Sesc SP em parceria com o Instituto Vladimir Herzog, elas seguem cumprindo seu papel social de comunicar cada um dos direitos fundamentais, comuns a todos os seres humanos, de maneira acolhedora e não agressiva.

Em 1979, Otávio Roth revelou publicamente que a epígrafe do título do jornalista Vladimir Herzog havia causado enorme impacto em sua obra. A frase reflete sobre a responsabilidade de cada indivíduo diante das graves violações de direitos humanos: “Quando perdemos a capacidade de nos indignarmos com as atrocidades praticadas contra outros, perdemos também o direito de nos considerarmos seres humanos civilizados”.

Herzog, assassinado sob tortura

pela ditadura militar em 1975, chegou ao Brasil ainda criança, fugindo da perseguição nazista por ser judeu. No texto do jornalista, Otávio encontrou “a essência que procurava para a minha arte — a defesa dos direitos humanos”.

A arte é um poderoso vetor de transformação social, por meio da qual os agentes que a produzem e promovem amplificam sua capacidade de sensibilizar o público. Mais ainda, ela possibilita a formação de um espaço de aproximação entre indivíduos, no qual o discurso pronto e as ideias preconcebidas cedem lugar à exploração de novas perspectivas e emoções.

Em um momento no qual o discurso de ódio deita raízes, é imprescindível que não perçamos a capacidade de nos indignarmos com violações de direitos cometidas contra outros.

É urgente a articulação de um amplo campo de trocas que suporte e promova os direitos humanos de maneira agregadora, positiva e não traumática. Obras vibrantes e acessíveis podem aproximar o espectador do tema, hoje em constante disputa de narrativas.

Reconhecer a força social e política advinda de experiências estéticas, vividas em um ambiente cultural generoso e plural, é uma das estratégias mais eficientes para a promoção e defesa da dignidade humana para todos os cidadãos, independentemente de idade, origem, credo e condição social. Que neste aniversário de 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos possamos nos mobilizar nessa direção.

CONTINUA

10 DEZ 2018

# FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

RICARDO SAYEG

Professor livre docente de direitos humanos da PUC-SP e presidente licenciado da Comissão de Direitos Humanos do IASP (Instituto dos Advogados de São Paulo)

## O perfil de Bolsonaro

### Eleito prioriza direitos de vítimas, não de criminosos

Está tramitando na Câmara dos Deputados a proposta de emenda constitucional (PEC) 383, de 2014, que tem por objeto, no capítulo da ordem econômica da Constituição Federal, o reconhecimento do regime econômico do capitalismo humanista e do princípio da observância dos direitos humanos.

Para se propor essa PEC, foi necessário o encaminhamento por mais de um terço dos deputados federais, dentre os quais consta o presidente eleito, Jair Bolsonaro.

Por esse fato concreto, muito anterior à sua eleição à Presidência, ele demonstra pretérita e efetiva preocupação com os direitos humanos, contudo não a favor dos criminosos, como têm os direitos humanos sido deturpados na caricatura dos “direitos dos manos”.

Está claro que Bolsonaro se preocupa com os direitos humanos, mas foca na miséria humana que produz os vulneráveis, excluídos do acesso a níveis dignos de subsistência.

O capitalismo humanista é um sistema jus-econômico liberal de respeito aos direitos humanos, desenvolvi-

do nas áreas de direito econômico e direitos humanos da Faculdade de Direito da PUC-SP. Tal sistema reconhece a economia de mercado, os direitos de propriedade privada e a liberdade econômica em consubstancialidade com os direitos humanos, conforme a Agenda 2030, da ONU, que tem o objetivo de erradicação da pobreza e atingir as metas do milênio. É avalizado pelo consagrado economista Manuel Enríquez García, da Faculdade de Economia da USP, presidente da Ordem dos Economistas do Brasil e do Conselho Regional de Economia do Estado de São Paulo.

Bolsonaro promoveu os direitos humanos ao assinar a PEC. Provou, de fato, se preocupar com o tema, mas não para conceder direitos às facções criminosas que estão impondo, pelo tráfico de drogas, o latrocínio, o sequestro, o roubo violento etc, um Estado paralelo, torpe, sangrento e caótico, como está escancarado no Rio de Janeiro, com a morte constante de inocentes.

Tem razão Bolsonaro porque o crime é o maior inimigo dos direitos humanos. Ninguém tem direitos hu-

manos numa terra sem lei, onde não se pode viver sossegado, sem medo que ele ou as pessoas que ama sejam assassinados, roubados, sequestrados ou vítimas de violência.

Não dá para negar, que além do combate à pobreza e à miséria humana, é necessário lutar e fomentar os direitos humanos das vítimas da criminalidade. Imperioso garantir às pessoas de bem a segurança pública.

Portanto, sob a ótica dos direitos humanos, Bolsonaro está correto ao se comprometer com o enfrentamento à criminalidade e não transigir, muito menos tolerar a bandidagem — cujo primeiro passo, muito bem dado aliás, foi trazer para o governo Sergio Moro, pois a nação tem que dar um basta às facções criminosas e à corrupção. Nessa perspectiva, a sociedade civil precisa de um soldado dos direitos humanos contra as facções criminosas e contra a criminalidade em geral.

É preciso retomar a paz na vida e no lar das pessoas e assegurar a todos os brasileiros existência digna.

À luz dos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, celebrados nesta segunda (10), a atitude parlamentar e o discurso de Bolsonaro encarnam os valores dos vulneráveis e das vítimas, de combate à pobreza, à miséria humana e à criminalidade, em sintonia com a mais legítima defesa desses direitos.

Como se vê, o que Bolsonaro não apoia, e com razão, a caricatura dos “direitos dos manos”, abominada pela maioria esmagadora da população, que é a detentora da soberania nacional.

10 DEZ 2018

FOLHA DE S. PAULO

Projeto em SP

# transforma mulheres comuns em promotoras de direitos

Curso gratuito que ensina caminhos para acessar justiça

já formou 5.000 participantes em 24 anos

Flávia Mantovani

SÃO PAULO Sem as mulheres os direitos não são humanos, afirma o pôster na entrada da casa cheia de plantas, cartazes e grafites na sede da União de Mulheres de São Paulo. Há mais de 20 anos, a organização feminista mantém um projeto que propõe aplicar esse lema na prática, transformando mulheres comuns em promotoras de seus direitos.

Todo sábado, durante 10 meses, um grupo com participantes de regiões, classes sociais e idades variadas se reúne para aprender sobre a Constituição Federal, a Lei Maria da Penha, saúde, sexualidade, legislação trabalhista e previdenciária e o sistema internacional de direitos humanos, entre outros temas.

São as PLPs, como elas se denominam — sigla para Promotoras Legais Populares, nomenclatura usada em diferentes países latino-americanos para mulheres que passam por esse tipo de formação.

Foram mais de 5.000 alunas desde 1995, quando o projeto começou. Nos últimos anos, os encontros têm ocorrido na Câmara Municipal de São Paulo.

“A gente faz em um espaço público para dar visibilidade às mulheres e para que elas possam aprender a usar o microfone, a fazer sua voz ser ou-

vida”, afirma Maria Amélia Teles, uma das coordenadoras.

Amelinha Teles, como é conhecida, defende os direitos das mulheres há décadas.

Enquanto lembra de algumas leis que vigoravam há não muito tempo no Brasil — o homem podia anular o casamento se a mulher não fosse virgem, o pai podia deserdar uma “filha desonesta” e a mulher tinha que pedir autorização ao marido para trabalhar—, ela conta que o projeto das PLPs surgiu quatro anos após a Constituição de 1988.

“Na Constituinte, foi muito forte a atuação dos movimentos feministas para garantir a igualdade jurídica entre homens e mulheres. E a gente conseguiu essa igualdade, ainda que formal. Mas percebemos que poucas brasileiras conheciam os direitos que tinham conquistado”, diz.

Começou, então, o curso de São Paulo, em 1992. Gratuito, é conduzido por profissionais voluntárias. O lanche é bancado pelas alunas que podem contribuir, e o dinheiro para a formatura é arrecadado em uma festa julina promovida por elas. Não há outras fontes de financiamento.

Para 2019, as inscrições se encerraram e superaram 800. É feito um sorteio para selecionar, em média, 150 participantes, das quais apenas cerca

de 40 costumam ir até o fim.

O sorteio considera os fatores raça e idade, para termos um grupo representativo da população feminina. São os únicos critérios”, diz Marília Kayano. “O perfil é o mais variado possível. Temos de meninas de 15 anos a mulheres de 85, brancas, negras, amarelas, gays e héteros, mães e não mães”, afirma.

A ideia é que as participantes se tornem multiplicadoras do conhecimento que adquirem, além de estarem aptas a acolher outras mulheres que precisam de auxílio. “É difícil para uma mulher em situação de violência saber para onde ir, o que fazer. As PLPs oferecem uma escuta qualificada para ajudar a encontrar uma solução”, diz Marília.

Foi o caso da analista de pesquisa Kelly Guedes, 32, PLP deste ano, que usou sua experiência quando a família descobriu que sua avó era agredida por seu avô.

Grças ao projeto, ela soube onde buscar auxílio e conseguiu se impor quando foi mal atendida na delegacia e na defensoria pública. “Não queriam nos deixar falar com a advogada. Mas eu estava preparada para dar respostas, usar termos jurídicos. Conseguimos a medida protetiva”, diz.

**CONTINUA**

## CONTINUAÇÃO

Ela também soube orientar a família para compreender a avó, que não tinha revelado o caso por medo de gerar uma briga na família e por sofrer de depressão.

“A primeira reação é culpar a vítima, perguntar por que ela não contou antes. Esse preparo que eu tive foi importante para mostrar que ela teve os motivos dela para passar por aquilo por tantos anos. Conseguimos conduzir tudo do jeito que minha avó queria”, diz.

Formada em direito, a PLP Kaká Palácio, 38, diz que o projeto vai muito além dos conhecimentos na área jurídica. “A gente aprende a se organizar coletivamente e a conviver com mulheres muito diferentes, que provavelmente nunca se uniriam de outra forma. Isso quebra o estereótipo de que mulher briga, compete.”

Muitas alunas relatam transformações internas. Mãe de uma jovem de 22 anos, a assistente social Flávia Ribeiro, 42, aprendeu a se livrar da culpa por ter se separado do pai de sua filha. “Eu achava que deveria ter aguentado aquele relacionamento para que ela não sofresse tanto”, conta.

“Foi um processo de muita descoberta. Compreendi que não sou só mãe, sou gente. Antes não conseguia me ver como mulher. Hoje não me vejo mais como aquela pessoa que vivia só fazendo tarefas de casa, carregando sacolas de mercado. E isso não me faz menos mãe”, diz.

Negra, a assistente social Rosely Santiago, 54, diz que costumava relevar os episódios de racismo que sofria. “Por não querer me indispor com a pessoa, eu aceitava. Falava para mim mesma que era besteira, ‘mimimi’. Nesse curso, eu tirei uma venda dos meus olhos”, define, emocionando-se durante a entrevista.

Além de São Paulo, o projeto já foi levado a outras áreas do país: para ribeirinhas do Amazonas, quilombolas do Pará, moradoras do Sertão de Pernambuco e do interior de São Paulo. Há redes de promotoras legais populares em mais de 20 cidades.

“Deu certo porque a gente atrai gente boa. Quem vai é porque quer, não tem aquela coisa de que vai porque tem certificado. E também porque as pessoas que nos ajudam, o que seria o corpo docente, é muito qualificado. Junta tudo isso e dá um caldo maravilhoso”, diz Amelinha.

Para ela, é perceptível a diferença das alunas do início do projeto, que chegavam “tímidas e reprimidas”, para as de agora, “mais informadas e autônomas”. “Somos mais da metade da população e continuamos sendo discriminadas. Não podemos ser consideradas incapazes. Temos muita riqueza, força, temos direito à cidadania plena. O feminismo é necessário por isso.”

**1**

mulher é vítima de estupro a cada 9 minutos no Brasil

**60 mil**

casos de estupro foram registrados no Brasil em 2017, 8,4% a mais que em 2016

**606**

casos de agressão sob a lei Maria da Penha são registrados por dia: 1 a cada 2 minutos

**3**

mulheres são vítimas de feminicídio a cada dia no Brasil; 66% delas são mortas dentro de casa

## Declaração Universal dos Direitos Humanos

### Resumo dos principais artigos

1. Todos os seres humanos nascem **livres e iguais**.
3. Todo indivíduo tem **direito à vida, à liberdade e à segurança** pessoal.
4. Ninguém será mantido em escravidão ou em servidão.
5. Ninguém será submetido a tortura ou tratamentos cruéis.
7. Todos são **iguais** ante a lei.
9. Ninguém pode ser **arbitrariamente preso**, detido ou exilado.
12. Ninguém sofrerá intromissões arbitrárias na sua vida privada.
15. Todo indivíduo tem direito a ter uma **nacionalidade**.
16. Homem e mulher têm direito de **casar e constituir família**, sem restrição de raça nacionalidade ou religião.
17. Toda pessoa tem direito à **propriedade**.
18. Toda pessoa tem direito à **liberdade de pensamento**, de consciência e de religião.
21. Toda pessoa tem direito de **acesso a funções públicas** do país.
22. Toda pessoa tem direito à **segurança social**.
23. Toda pessoa tem direito ao **trabalho**.
25. Toda pessoa tem direito a **saúde e bem-estar**.
26. Toda pessoa tem direito à **educação**.

**38%**

dos assassinatos de mulheres no mundo são cometidos pelo parceiro

**76,5%**

do salário dos homens é o que ganham as mulheres brasileiras, em média, segundo o IBGE

Fontes: 12º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP); Mapa da Violência 2018 Ipea/FBSP; Ministério Público de SP; Organização Mundial da Saúde

10 DEZ 2018

FOLHA DE S. PAULO

# Em carta, chefe do PCC ameaça matar promotor

## Morte ocorreria em caso de transferência de detento para prisão federal; funcionário do governo também seria alvo

Rogério Pagnan

SÃO PAULO Duas mulheres foram presas na tarde deste sábado (8) após serem flagradas deixando a Penitenciária 2 de Presidente Venceslau, no interior de São Paulo, com cartas nas quais chefes da facção criminosa PCC ordenam o assassinato de duas pessoas, entre elas um promotor de Justiça.

De acordo com as mensagens, essas mortes devem ocorrer caso a transferência dos chefes da facção para presídios federais se concretize nos próximos dias — entre eles o número 1 do grupo, Marco Camacho, o Marcola.

O alvo principal do ataque seria o promotor Lincoln Gakiya, responsável pelo pedido de transferência, e que investiga há anos o crime organizado. O outro alvo seria um dos coordenadores da Secretaria da Administração Penitenciária na região de Presidente Venceslau, onde estão presos os criminosos.

Uma das mensagens foi apreendida com a mulher do preso que divide cela com Marcola, o que leva as autoridades a acreditarem que partiu do próprio chefão do PCC a ordem de ataque.

Segundo informações de pessoas ligadas ao promotor, Gakiya recebeu reforço de escolta desde a noite de sábado. A Folha apurou que serviços de inteligência do governo paulista já tinham detectado ordem semelhante em conversas de presos do PCC.

O promotor pediu a transferência dos chefes da facção

após um plano de resgate ser detectado pelo setor de inteligência da Secretaria da Administração Penitenciária.

O pedido seria feito em conjunto com os secretários da Segurança, Máximo Alves Barbosa Filho, e da Administração Penitenciária, Lourival Gomes. Com o recuo da gestão Márcio França (PSB) nesse acordo, Lincoln fez a solicitação sozinho e aguarda decisão da Justiça.

Se for concedida, a ordem judicial será encaminhada ao governo federal para que providencie vagas em uma das cinco penitenciárias federais (Porto Velho/RO, Mossoró/RN, Campo Grande/MS, Catanduvas/PR e Brasília).

A Folha apurou que membros do governo Michel Temer (MDB) já ofereceram apoio ao governo paulista para a remoção, com aeronaves e esquema especial de segurança.

As transferências ao sistema federal são aceitas em situações específicas, como quando há risco de resgate dos presos nas unidades estaduais.

Pelo plano descoberto, a ideia dos criminosos era usar um exército de mercenários para retirar presos da unidade, incluindo Marcola. Para evitar isso, a Polícia Militar enviou para Venceslau um grande aparato policial.

Os detalhes do possível resgate tornaram-se públicos pelo deputado federal e senador eleito Major Olímpio (PSL), que desde a semana passada passou a andar sob escolta armada por risco de ataque.

# FOLHA DE S. PAULO

LEANDRO COLON

## O Coaf no mensalão

BRASÍLIA “A pergunta é: onde é que estava o Coaf no mensalão?”, questionou Onyx Lorenzoni antes de abandonar entrevista na sexta (7) ao se irritar com a insistência dos repórteres para que comentasse as suspeitas sobre a movimentação financeira do motorista de Flávio Bolsonaro, filho do presidente eleito.

Falta memória ao futuro ministro da Casa Civil do governo de Jair Bolsonaro. As notas taquigráficas do Congresso podem ajudá-lo a recuperá-la. Às 10h21 do dia 10 de janeiro de 2006, uma terça-feira, foi aberta uma sessão da CPI dos Correios para ouvir o então presidente do Coaf, Antônio Gustavo Rodrigues.

Criada no ano anterior, a comissão parlamentar investigou o esquema do mensalão do governo Lula.

O deputado Onyx era o sub-relator de Normas de Combate à Corrupção e conduziu o depoimento do presidente do Coaf naquele dia, na sala 2 da ala Senador Nilo Coelho, no Senado. Foi o primeiro a indagá-lo sobre a atuação do órgão de controle financeiro do governo federal.

Onyx, aliás, agradeceu Rodrigues, em nome da CPI, pela presença. Depois de uma longa fala, o deputado perguntou sobre normas do Banco Central, eventuais falhas de fiscalização financeira e o alcance do Coaf.

Rodrigues detalhou o modelo de trabalho do órgão e seus limites de ação, sobretudo em relação a investigações em torno de uma transação considerada atípica. “Se você não tem outros elementos que circunstanciem aquela movimentação, diria que é praticamente impossível você chegar a identificar tudo”, disse.

No depoimento de quase seis horas, ele contou aos parlamentares que desde 2003 o Coaf recebia informações de volume grande de saques em espécie por parte da SMPB, empresa de Marcos Valério, o operador que abasteceu o mensalão pago a políticos da base do governo petista.

Ofícios do Coaf entregues à CPI mencionam essas e outras retiradas. Foram informações essenciais para a investigação. Onyx pode ler mais sobre elas na página 764 do volume 2 do relatório final da comissão.

10 DEZ 2018

10 DEZ 2018

## FOLHA DE S. PAULO

### PAINEL DO LEITOR

#### **Sergio Moro**

Não são de surpreender as suspeitas. Estranho mesmo é o ex-juiz Sergio Moro, tão crítico dos modos de se fazer política no Brasil, embarcar no governo de um homem que por quase 30 anos foi deputado na linha do que se convencionou chamar de baixo clero. Deve explicações.

**Sidnei José de Brito** (São Paulo, SP)

{ Sergio Moro, futuro ministro da Justiça, tem mais de 1,2 milhão de motivos para se arrepender em tempo recorde.  
**Jason César de Souza Godinho**  
(Santos, SP)

As reações mais raivosas contra o STF não estão relacionadas a nenhum tipo de zelo pelo direito ou pela Justiça. São apenas manifestações de simpatias e antipatias políticas. Se uma decisão do Supremo beneficia o grupo político que odeio, logo a corte não presta, é motivo de vergonha e deve ser fechada. É apenas a paixão política invadindo a esfera do direito, nada além disso.

**Elton Frederick** (São Paulo, SP)

10 DEZ 2018

# INDÚSTRIA E COMÉRCIO

RUY BARROZO

## RB | Raios-X

Quem é o novo presidente do Tribunal de Justiça, eleito no mês passado para o biênio 2019/2020 - des. Adalberto Jorge Xisto Pereira.

Natural de CWB/PR.

Filho de Gilberto de Assis Pereira e Tereza Xisto Pereira.

Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC/PR, turma 1988. Iniciou sua carreira em 1989, após aprovação em concurso público, como promotor de justiça.

Ingressou na magistratura em 15 de junho de 1990, após nova aprovação em concurso público, sendo nomeado juiz substituto da Seção Judiciária de União da Vitória.

Em 12 de abril de 1991 foi nomeado para o cargo de juiz

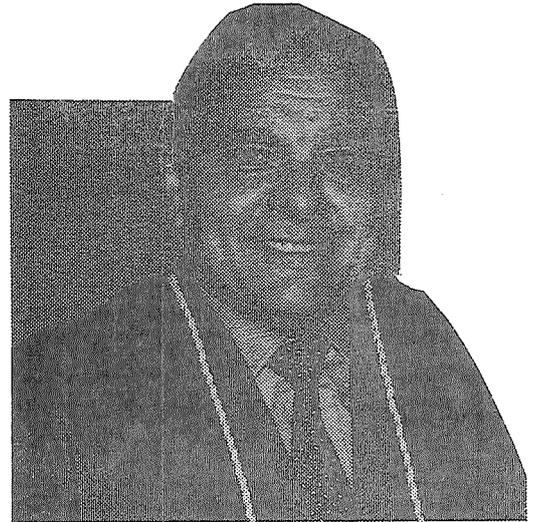
de direito da comarca de Realeza, julgando, a seguir, nas comarcas de Siqueira Campos, Toledo, Ponta Grossa e CWB.

Além de professor de Direito Processual Civil, foi diretor da Escola da Magistratura, Núcleo de Curitiba - gestão 2002/2003.

Lecionou, também, a mesma disciplina nas Faculdades de Direito da UNIPAR - campus Toledo e da Pontifícia Universidade Católica do Paraná - campus CWB. Exerceu, ainda, o cargo de Conselheiro da Escola de Servidores da Justiça Estadual - 2007/2009.

Foi juiz auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça - gestões 1997/1998 e 1999/2000 e da presidência do TJPR - gestão 2003/2004.

Foi promovido ao cargo de



desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná em 22 de setembro de 2008, pelo critério de merecimento.

Foi membro da Comissão de Regimento Interno do TJPR - gestões 2009/2010 e 2011/2012 e membro eleito do Conselho da

Magistratura - gestão 2011/2012. No Tribunal Regional Eleitoral do Paraná exerceu no ano de 2016, por eleição do pleno do Tribunal de Justiça, os cargos de vice-presidente e Corregedor Regional Eleitoral, e no ano de 2017, o de presidente.

10 DEZ 2018

# INDÚSTRIA E COMÉRCIO

## Advogado pode responder por calúnia cometida na defesa de cliente, decide TRF-4

**E**mbora o advogado não responda por injúria nem difamação quando está na defesa de clientes, ele pode ser denunciado por calúnia. Segundo decisão da 8ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, o inciso I do artigo 142 do Código Penal apenas protege o advogado de “ofensa irrogada em juízo” no caso dos crimes de injúria e difamação, já que o crime de calúnia não é mencionado no dispositivo.

De acordo com o voto do relator, desembargador Leandro Paulsen, a proteção ao advogado por suas ma-

nifestações não é absoluta e não pode servir para “encobrir a prática de excessos que configurem delitos”. A decisão foi de confirmar a condenação de advogada por acusações feitas a um juiz e a um delegado da Polícia Federal na defesa de cliente.

Tudo começou quando a advogada pediu que o Ministério Público Federal instaurasse investigação contra eles por expedição de mandado ilegal de prisão contra o marido dela. Na notícia-crime, ela se queixou que o juiz não vinha apreciando os requerimentos da defesa e vinha protelando o andamento da

execução penal.

Como a notícia-crime foi arquivada de plano, o MPF denunciou a advogada por injúria, com agravante de o crime ter sido cometido contra funcionários públicos.

Em sua defesa, a advogada alegou não poder responder por exercer o direito de buscar o Judiciário contra ameaça a lesão de direito e por ausência de intenção de difamar ou injuriar o delegado e o juiz. Segundo ela, o caso foi de “mera crítica”, amparada pelas garantias dos advogados, descritas no parágrafo 2º do artigo 7º do Estatuto da Advocacia.

### MARCO ASSEF

#### Beto Richa tem os bens bloqueados pela Justiça

Estadão Conteúdo

A 4.ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba determinou liminarmente o bloqueio de bens do ex-governador do Paraná Beto Richa (PSDB). A decisão atende pedido do Ministério Público do Paraná em ação civil pública que requer a restituição de R\$ 19,89 milhões (em valores atualizados) gastos com propaganda supostamente irregular em 2007 e no primeiro semestre de 2008, quando o tucano exercia o cargo de prefeito da capital e pretendia concorrer às eleições. Segundo o Ministério Público do Paraná, houve enriquecimento ilícito do político, uma vez que ele “deixou de dispor de numerário particular para a confecção de material publicitário para campanha eleitoral, custo este totalmente suportado pelo órgão público”. Em nota, a defesa do ex-governador Beto Richa informou que “a questão já foi resolvida na Justiça Eleitoral, inclusive mediante o pagamento de multa”.

08 DEZ 2018

09 DEZ 2018

FOLHA DE LONDRINA

# Justiça manda liberar novamente cancela de praça de pedágio

## Primeira Vara Federal de Curitiba confirma decisão inicial de juiz de Jacarezinho

Reportagem Local

**A** 1ª Vara Federal de Curitiba decidiu liberar novamente as cancelas da praça de pedágio da concessionária Econorte em Jacarezinho e reduzir as tarifas em 26,75% nas praças de Jataizinho e Sertaneja. Volta a valer a decisão inicial do juiz de Jacarezinho Rogério Cangussu Dantas Cachichi, de 22 de novembro, na ação movida pelo Ministério Público Federal.

Na terça-feira (4), o TRF (Tribunal Regional Federal) da 4ª Região havia derrubado o que havia sido decidido por Cachichi, permitindo que a concessionária voltasse a cobrar pedágio. Mas o TRF-4 não analisou a questão, apenas entendeu que o juiz de Jacarezinho não tinha competência para tomar tal decisão. Segundo o tribunal, só a 1ª Vara Federal de Curitiba poderia fazê-lo.

O processo foi para as mãos da juíza substituta Thais Sampaio da Silva Machado, daquela vara, que tomou a decisão nesta sexta-feira (7). "Ratifico, por ora, a decisão proferida pelo juízo de Jacarezinho, sem prejuízo

naturalmente de que a questão dos pressupostos da tutela provisória seja examinada em momento oportuno pela Corte Regional (o TRF-4),"

Para a juíza, o desbloqueio de mais de R\$ 1 bilhão da concessionária, que havia sido determinado por Cachichi, sem decisão sobre o mérito da questão, pode gerar eventual perda de valores. "Não há prova, ademais, de que o valor bloqueado corresponda à liquidez imediata das empresas em relação a débitos vencidos e, especialmente, obrigações trabalhistas", afirma a juíza.

### HISTÓRICO

O processo movido pelo Ministério Público Federal é um desdobramento da Operação Integração, da Força Tarefa da Lava Jato, que aponta indícios de esquema de corrupção sistêmica nos contratos de concessão do Estado do Paraná, por meio de aditivos para favorecer as empresas.

Desde o início de outubro, as seis concessionárias de pedágio do Paraná estão sob intervenção administrativa, por determinação do governo do Paraná. Seis oficiais da reserva da Polícia Militar passaram a trabalhar dentro das

concessionárias para facilitar o acesso das autoridades aos documentos.

A suspensão da cobrança em Jacarezinho fez com que a Econorte, em substituição, reabrisse a praça de pedágio de Cambará, já que a liminar determinava a retomada do contrato sem os aditivos. No pedido de anulação da liminar, os advogados da Econorte argumentaram, que além da redução na tarifa do pedágio e fechamento da praça de Jacarezinho, a Justiça determinou o bloqueio de mais de R\$ 1 bilhão e impôs a realização de diversas obras, sem tempo hábil para aprovação dos projetos ambientais das obras.

"Ignorando completamente todas as garantias constitucionais do prévio contraditório e da ampla defesa, antes mesmo da própria citação dos réus, veio a ser proferida uma decisão liminar que representa uma sentença de morte para diversas empresas", alegou a Econorte no processo.

A **FOLHA** procurou a Econorte na noite desta sexta-feira (7), mas segundo a assessoria ela não irá se manifestar porque não foi notificada da nova decisão.

08 DEZ 2018

09 DEZ 2018

# FOLHA DE LONDRINA

## Justiça determina prisão do empresário Carlos Azarias acusado de fraude no IPTU

Guilherme Marconi

Reportagem Local

O juiz Délcio Miranda da Rocha, 2ª Vara Criminal de Londrina, determinou a prisão preventiva do empresário Carlos Azarias, pai da ex-estagiária da Secretaria Municipal de Fazenda, Camila Azarias. Pai e filha estão entre as 28 réus em ação penal por supostamente participar de uma organização criminosa estabelecida entre 2015 e 2017 no Departamento de Cadastro Imobiliário. Preso nesta manhã de sexta-feira (7), o empresário foi encaminhado para o centro de triagem do Depen (Departamento Penitenciário).

Segundo o promotor do Gaeco (Grupo Especial de Combate ao Crime Organizado), Leandro Antunes, o pedido de prisão de Azarias foi feito em outubro no mesmo dia do oferecimento da denúncia. "Ele é considerado o principal integrante do esquema. O pedido foi exigido pela reiteração da prática criminosa", disse Antunes à FOLHA. O MP (Ministério Público) acusa a filha de ter envolvimento na adulteração de débitos do IPTU do pai.

Segundo o MP, os funcionários realizavam cancelamentos de débitos de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) e modificações nas características de imóveis urbanos, com o fim de diminuir ou suprimir tributos. O prejuízo aos cofres municipais é superior a R\$ 1 milhão.

Na quarta-feira (5), o magistrado havia acatado a denúncia da Password. Os réus têm prazo de dez dias para apresentar defesa prévia à Justiça.

O advogado Carlos Lamerato, que atua na defesa de Azarias, informou que está definindo a estratégia para reverter a decisão na Justiça. Segundo Lamerato, não há motivo para a prisão preventiva. "Entendemos que foi uma decisão equivocada. Em todos os momentos Azarias contribuiu com as investigações e não foi não tem empecilho. Foi um ato totalmente desnecessário. No nosso entendimento não há nenhum fato aferível que demonstre qualquer conduta ilícita dele desde o início das investigações."

CILIANE CARLA SELLA DE ALMEIDA

## Reflexão sobre nossa luta contra a corrupção

Especialmente, neste dia consagrado à luta global contra à corrupção, compartilho esta curta reflexão. Se a torna pública é porque acredito na mudança de cultura de uma sociedade, que mesmo tendo nascido corrupta e assim permanecido, poderá adotar um modelo de contrato social regido por comportamentos éticos, transparentes, equitativos e em conformidade com a lei.

A corrupção age silenciosamente nos quatro cantos do mundo e aos poucos vai minando a capacidade dos governos e, conseqüentemente, dos cidadãos. Segundo estudos da Organização das Nações Unidas (ONU), U\$ 3 trilhões são retirados anualmente da economia mundial em esquemas de suborno e corrupção.

No Brasil, segundo a projeção da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), até 2,3% de nosso Produto Interno Bruto (PIB) são perdidos anualmente com práticas corruptas, ou seja, cerca de R\$ 100 bilhões, incluindo o efetivamente pago para patentear práticas ilegais e o custo decorrente destas práticas.

Quanto de nossos direitos sociais fundamentais, saúde, educação, trabalho, moradia, assistência social, segurança, nos são negados ou precarizados como efeito da corrupção? Quanto poderíamos investir em desenvolvimento, principalmente nas localidades menos privilegiadas? Temos consciência que a corrupção impacta desproporcionalmente as classes sociais deixando o pobre mais pobre e mais vulnerável? E o quanto a corrupção impulsiona a violência urbana?

Além do impacto político, econômico, ambiental e social, a corrupção cria o comportamento baseado na "obtenção de vantagem (indevida)" e que passa a ser visto como o nosso modus operandi, danificando nossa reputação e imagem. Neste aspecto, alguns investidores estrangeiros se referem ao Brasil como país da cultura do "pedágio" e do "jeitinho".

Como resposta à esta "cultura", as instituições públi-

cas brasileiras, além da efetiva investigação e judicialização das condutas ilícitas, têm atuado ativa e incansavelmente na redução da corrupção e do suborno na gestão pública, impulsionando a participação e controle social na administração pública. Recentemente, o Ministério da Transparência e a Controladoria Geral da União (CGU) lançaram no Facebook Messenger um robô que auxilia os cidadãos que queiram registrar denúncias, reclamações, sugestões.

O Brasil promulgou importantes leis como a de prevenção à lavagem de dinheiro e a anticorrupção. Paralelamente, criou-se pela CGU, o selo Pró-Ética para empresas que comprovem a efetividade de seus programas de conformidade e integridade, ou compliance, introduzidos pela lei anticorrupção. Considerado um dos melhores selos do mundo, essa premiação dá visibilidade às empresas que buscam reconhecimento público por suas condutas em conformidade com o sistema legal e regulamentar e suas políticas de integridade. A reputação passa a ser, neste século, um dos maiores ativos corporativos.

A Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), criada em 2003, é uma rede de articulação que agrupa representantes do Executivo, Legislativo e Judiciário e da sociedade civil. Coordenada pelo Ministério da Justiça, tem a finalidade de fomentar e promover o aperfeiçoamento legal e institucional do Estado na prevenção e combate à corrupção e à lavagem de dinheiro.

Além destes exemplos, há muitos outros movimentos da sociedade civil engajados na luta contra à corrupção e assim, juntos, vamos construindo um novo modelo de sociedade brasileira. Por isto, eu participo. Eu acredito.

CILIANE CARLA SELLA DE ALMEIDA, Advogada, Profissional Certificada Anticorrupção pela Legal, Ethics and Compliance. Coordenadora da Comissão de Compliance da OAB Londrina

“

*A corrupção age silenciosamente nos quatro cantos do mundo e aos poucos vai minando a capacidade dos governos e, conseqüentemente, dos cidadãos”*

# FOLHA DE LONDRINA

## LUIZ GERALDO MAZZA

08 DEZ 2018

09 DEZ 2018

### Mais cargas contra Richa

Se ocorrências até do tempo de prefeito de Curitiba são alvo de ações contra Beto Richa como essa de improbidade por abusos em campanha eleitoral e que em liminar determina um bloqueio de bens da ordem de R\$ 20 milhões, já admitida pela justiça, dá para imaginar a torrente que está por vir da Lava Jato e outras como a da Patrulha Rurale aquelas decorrentes das operações Publicano e Quadro Negro tocadas pelo Gaeco.

Não será fácil reconstruir sua carreira política sem levar a melhor nesses processos cuja enunciação, ainda superficial e sem detalhamento, foi a causa eficiente de sua fragorosa derrota para o Senado e também como imagem forte o constrangimento da prisão junto com a esposa. Já o julgamento do seu governo fica melhor demonstrado nos dados de 2016 e 2017 quando nossos bolsões de pobreza, em função da conjuntura, desmistificam lances do marketing triunfalista que projetava suas supostas ações.

**CLAUDIO HUMBERTO**

“

*Se alguém incorreu em crime, foi o ministro”*

Marcus Vinícius Ramos Gonçalves, advogado, sobre a exibição de força do ministro Lewandowski

### ‘Pipoqueiro’, líder da OAB cala sobre Lewandowski

O presidente nacional da OAB, Cláudio Lamachia, consolida a reputação de evitar “bolas divididas”, construída durante sua gestão, caracterizando o que em futebol torcedores chamam de “pipoqueiro”. Lamachia faz silêncio constrangedor sobre o caso que indignou o País, em que um advogado alega ter sido vítima de abuso de autoridade do ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF).

### Uma vergonha

O advogado Cristiano Caiado de Acioli foi ameaçado de prisão pelo ministro por ter dito, de forma civilizada, que o “STF é uma vergonha”.

**HÁ 40 ANOS**

08 de dezembro de 1978

### Juiz denuncia corrupção no INPS

Em despacho assinado ontem, o juiz Mauro Fichtner Pereira, da 1ª Vara de Acidentes do Trabalho do Rio, solicitou que se comunique ao presidente do INPS, sr. Walter Graciosa, a apreensão de 12 mil processos retidos indevidamente na autarquia, alguns de 1977 e até de dois anos atrás, segundo ele, “porque os honorários advocatícios são calculados sobre as prestações vencidas e, assim, quanto maior a demora, maior o prejuízo do INPS e maior o ganho dos advogados”. Um procurador do INPS, sr. Rubens Amaral, que só recentemente, após 22 anos de trabalho, conseguiu “ganhar uma causa no setor de acidentes do trabalho”, esteve à tarde no gabinete do juiz para lhe dar os parabéns por sua sindicância.

10 DEZ 2018

## FOLHA DE LONDRINA

**CLAUDIO HUMBERTO**

### **Venda de férias no Judiciário custa R\$ 2 bilhões**

Somente em despesas com a venda de férias de servidores do Poder Judiciário, o Brasil gasta mais de R\$ 2 bilhões por ano, segundo revelou o deputado Rubens Bueno (PPS-PR), que chegou a esse valor fazendo estudos para produzir o seu substitutivo, como relator da comissão especial sobre regulamentação do teto salarial. Bueno defende a moralização das benesses autoconcedidas por várias categorias.

### **Absurdo dobrado**

O custo da venda de férias, sobretudo a magistrados, corresponde ao dobro das despesas com “auxílio-residência”, prestes a ser suspenso.

### **Encalacrou**

O projeto de Bueno está pronto desde julho, mas Benito Gama (PTB-BA), presidente da comissão, tem adiado a votação.

### **Arsenal de truques**

Para Bueno, no serviço público são inúmeros os truques que permitem ganhar um dinheiro extra, para além de penduricalhos nos salários.

### **Votação urgente**

O deputado-relator lembra que o projeto moralizando o teto salarial no serviço público precisa ser votado logo. Ou tudo começará do zero.

# FOLHA DE LONDRINA 10 DEZ 2018

MARCOS ANTONIO DE ARRUDA

## Dia Internacional de Combate à Corrupção

O dia 9 de dezembro foi instituído como sendo o Dia Internacional de Combate à Corrupção. Isso se deu através de uma convenção assinada por diversos países no dia 9 de dezembro de 2003, na cidade de Mérida, no México, e entrou em vigor em dezembro de 2005. O documento diz que a finalidade da presente convenção é “Promover e fortalecer as medidas para prevenir e combater mais eficaz e eficientemente a corrupção; promover, facilitar e apoiar a cooperação internacional e a assistência técnica na prevenção e na luta contra a corrupção, incluída a recuperação de ativos (...)” Traduzindo, é um esforço mundial com a participação de pelo menos duas centenas de países em busca de ferramentas que possam enfrentar esse mal que assola o mundo.

Segundo o Relatório de acompanhamento das punições expulsivas aplicadas a servidores estatutários do Poder Executivo Federal, da CGU, 66% dos servidores expulsos no ano de 2017 cometeram atos de corrupção. Agora, amplifica esses números para os Estados e Municípios! Aproximadamente 5% do PIB mundial vai para o ralo da corrupção. De acordo com o Procurador da Lava Jato, Deltan Dallagnol, no caso do Brasil, são cerca de R\$ 200 bilhões por ano.

Quando se fala em corrupção, parece não haver limites para os adeptos dessa prática. A ganância é a desgraça do ser humano. “Porque a raiz de todos os males é o amor ao dinheiro...” (1Tm 6,10). Onde tem dinheiro, tem “olho gordo”.

Embora não seja tão fácil fazer uma comparação quantitativamente do nível de corrupção atual com épocas passadas, o que se nota é que uma leitura casual dos noticiários nos faz crer que nunca se roubou tanto no país. Padre Antônio Vieira, durante seu famoso Sermão do Bom Ladrão, dizia: “O roubar pouco é culpa, o

roubar muito é grandeza; o roubar com pouco poder faz os piratas, o roubar com muito, os alexandres”. De fato, a roubalheira está com o “dique” aberto.

Talvez, o acontecimento que tomou proporções volumosas e ficou conhecido mundialmente, desencadeando o interesse coletivo no assunto, foi a Operação Lava Jato, até hoje, prendendo e processando os culpados. Grandes nomes da política brasileira estão passando uma temporada atrás das grades. Não escapa ninguém, de servidor a presidente.

A população fica esperando que a rua da sua casa seja asfaltada, que a saúde pública seja eficaz, que haja iluminação pública onde deveria, que casas populares sejam construídas,

que a cidade seja limpa e bem cuidada, que haja emprego etc... Enquanto isso, somos roubados por quem deveria cuidar do dinheiro público. Rui Barbosa disse: “para onde lançamos as vistas, encontramos sempre o poder arruinando a vida do País, anulando os direitos do cidadão, assaltando-o nos seus mais elevados sentimentos e propinando a corrupção na mais alta escala”.

Quais os meios para deter a corrupção? Primeiro é não fazer parte dela e, depois, exercer o papel de cidadão,

votando bem, fiscalizando, denunciando e apoiando os órgãos fiscalizadores. Além disso, cobrar do Legislativo que bem execute seu mister papel de ser o fiscalizador do Executivo.

Luiz Flavio Gomes, no seu livro, “O jogo sujo da corrupção”, diz que: “A eliminação dos corruptos tem que ser implacável. Só assim vamos abrir espaço para a reconstrução de um Brasil saudável, mais justo e menos desigual”.

MARCOS ANTONIO DE ARRUDA  
é acadêmico do 4º ano de Direito  
na UNOPAR de Bandeirantes

“

*O que se nota é  
que uma leitura  
casual dos  
noticiários nos faz  
crer que nunca se  
roubou tanto no país*

# Dia Mundial de Combate à Corrupção

**T**rata-se não apenas de um dia, mas de toda uma semana dedicada, em todos os países democráticos, ao balanço das lutas contra a corrupção pública e privada. Discutem-se pautas propositivas de integridade, conformidade e transparência no plano dos governos e das empresas, alargando os horizontes de compreensão e dos instrumentos de luta contra esse crime social. São estudos que vão além das medidas repressivas e punitivas que eficientemente vêm sendo praticadas.

Nos debates e reflexões promovidos pela OCDE, pela Transparência Internacional, pelas Nações Unidas, pela OEA, pelo Banco Mundial e pelo Instituto Não Aceito Corrupção, nota-se uma visão mais abrangente desse flagelo contra a humanidade.

E a discussão vai além, não se atém somente à corrupção criminalizada. Outras formas, tão nefastas quanto as notórias propinas, são identificadas no plano constitucional, das leis, das medidas administrativas e das decisões judiciais, que, por isso, dão uma feição legal ao crime de corrupção.

No Brasil essa percepção é clara para a sociedade, que enxerga nos privilégios outorgados aos políticos, aos partidos, aos altos servidores públicos dos três Poderes e a determinadas empresas e setores privados formas evidentes de corrupção. É a corrupção institucionalizada.

Não é por outra razão que no Brasil a percepção sobre esse nefando crime nos rebaixou da 79.<sup>a</sup> posição para a 96.<sup>a</sup> entre os países mais corruptos do mundo, não obstante o pleno

**Tão nefastas quanto as propinas, outras formas são identificadas no plano institucional**

reconhecimento dos esforços meritórios da Lava Jato.

Para compreender essa percepção aguda desse delito, que afeta mais de dois terços da população mundial, é necessário recordar que a corrupção é universalmente definida como a apropriação privada de recursos públicos. Entre nós ela se concretiza não apenas mediante propinas, mas por via da própria Constituição de 1988. O artigo 37, inciso XI, declara que nenhum servidor poderá ganhar mais do que os ministros do Supremo Tribunal Federal.

Mas o parágrafo 11 do mesmíssimo artigo declara que esse teto não vale quando se tratar de verbas indenizatórias. Estas podem exceder sem nenhum limite o preceito moralizador contido logo acima. Ou seja, a regra é quebrada pela própria Constituição e no mesmo artigo. Assim, um alto funcionário, em vez de ganhar, dentro do teto, por exemplo, R\$ 30 mil, conforme o inciso XI do artigo 37 ele recebe no fim do mês R\$ 150 mil com base no parágrafo 11 desse mesmo artigo 37. São R\$ 120 mil de penduricalhos. Aí vêm os tribunais e declaram que essa “pequena” verba extra é isenta de Imposto de Renda porque é verba indenizatória.

E a nossa Constituição, no mesmo artigo 37, diz que o servidor público deve rigorosamente cumprir no exercício de suas funções o dever de eficiência, conforme lei complementar que regularia a matéria. Acontece que, propositalmente, nunca foi promulgada essa

lei complementar. O que não impediu que, desde sempre, se pagasse aos servidores públicos um substancial “adicional de eficiência”, até para os aposentados. Trata-se de apropriação privada de recursos públicos advinda da Constituição. Um dever se transformou imediatamente num direito adquirido. Nenhuma eficiência é exigível, mesmo porque todos os servidores são estáveis e, portanto, não são demissíveis.

Outra forma de corrupção legalizada é a venda de férias. Embora se aplique aos servidores o regime trabalhista nesse particular (artigo 39, § 3.<sup>o</sup> da Constituição), várias categorias gozam de até quatro meses de descanso por ano e vendem parte desse ócio ao Estado, que é compulsoriamente obrigado a comprá-la. Recebem, assim, esses milhares de servidores a remuneração extra pelo não gozo de todo o período de 120 dias de repouso a que têm direito. Ganham, em consequência, até 16 vezes proventos e penduricalhos por ano, com o acréscimo de 30% do período de férias. Essa venda de férias constitui crime contra a ordem do trabalho. O empresário que comprar férias dos seus colaboradores é condenado a pena de prisão. Mas no serviço público a venda de férias não é crime, é lei. Mais uma forma de apropriação privada dos recursos públicos.

A Constituição de 1988 contém centenas de dispositivos, que outorgam privilégios aos servidores sem nenhuma contrapartida.

**CONTINUA**

08 DEZ 2018

## O ESTADO DE S. PAULO

### CONTINUAÇÃO

Ainda no capítulo das leis, destacam-se as que criam despesas tributárias a favor de determinados setores empresariais, desonerando-os de impostos e encargos trabalhistas, sem nenhuma prestação de contas, sem justificativa alguma e sem nenhum resultado social. São mais de R\$ 120 bilhões anuais de recursos públicos apropriados pelos privilegiados segmentos privados amigos do rei. E o que dizer das leis do Refis, que favorecem os que não pagam os impostos, com a exclusão de multas e diminuição drástica da própria dívida, culminando com o perdão, como no caso do Funrural? Aí a apropriação privada de recursos públicos é feita na fonte, ou seja, o “contribuinte” não desembolsa os recursos públicos para os quais deveria contribuir.

E o que falar das centenas de leis vendidas que foram aprovadas pelo Congresso Nacional? Como recordou em histórico voto o eminente ministro Herman Benjamin, essas leis criminosas continuam vigendo. Nunca foram revogadas. Continuam a beneficiar as empresas corruptas que as compraram dos parlamentares por intermédio dos seus corruptos partidos.

Não há, portanto, como negar que, além da corrupção criminalizada, mediante tipos penais definidos, há a corrupção constitucionalizada, a legalizada e a judicializada. Todas levam ao mesmo efeito criminoso: a apropriação privada de recursos públicos.

Essa percepção, hoje universalmente discutida, constitui uma nova etapa na luta contra a corrupção em todo o mundo. E também entre nós.



08 DEZ 2018

## O ESTADO DE S. PAULO

# Onyx e Moro evitam falar sobre relatório do Coaf

Depois de pedir 'trégua' à imprensa, futuro ministro da Casa Civil se irrita com perguntas e abandona coletiva

*Pedro Venceslau  
André Ítalo Rocha*

O futuro ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, pediu ontem trégua à imprensa, se irritou com perguntas dos jornalistas e abandonou entrevista coletiva após participar de almoço com empresários do Lide (Grupo de Líderes Empresariais).

A "trégua" de Onyx foi pedida no fim do discurso. "Quero pedir para a imprensa que nos acompanha, por favor, uma trégua, em nome do Brasil", disse Onyx. Os empresários aplaudiram a fala. Na entrevista, ele foi questionado sobre como seria a trégua. "Algumas áreas da imprensa brasileira abriram francamente um terceiro turno. Temos nossas limitações, nossas dificuldades. Vamos fazer um grande pacto. Não ganhamos carta em branco. Sabemos que temos oposição. Temos tido todo respeito do ponto de vista do futuro do nosso País. A partir do dia 1.º de janeiro, quando o governo assumir e tiver diretriz, aí sim, se estiver errado, critica", disse.

Em seguida, Onyx foi perguntado sobre o inquérito aberto a pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR) para investigar o suposto uso de caixa 2 em suas campanhas. "Se tem um cara que é tranquilo sou eu. Vim com Deus." Onyx, no entanto, se irritou com uma pergunta sobre relatório do Coaf que mostra movimentações financeiras "atípicas" de ex-assessor do senador eleito Flávio Bolsonaro (PSL-RJ). Mais cedo, o futuro ministro da Justiça, Sérgio Moro, já havia evitado comentar o assunto.

Após dizer que "setores tentam destruir a reputação de Bolsonaro", ele atacou o Coaf, questionando onde o conselho estava "durante os processos do mensalão e do petróleo". "Foi feita uma aliança ideológica que faz com que vocês queiram misturar um governo honesto com as lambanças do PT dos últimos 14 anos." Diante da insistência dos jornalistas no assunto, Onyx questionou um dos repórteres quanto havia "caído na sua conta" neste mês, e deixou o local da coletiva.

08 DEZ 2018

# O ESTADO DE S. PAULO

# Justiça condenou ONG

# ligada a Damares

Entidade teve que retirar do ar, em 2017, vídeo considerado ofensivo à dignidade da comunidade indígena pelo Ministério Público Federal

André Borges / BRASÍLIA

A entidade Atini - Voz Pela Vida, que tem entre as fundadoras a futura ministra da Mulher, Direitos Humanos, Família, Damares Alves, e se apresenta com a missão de “promover a conscientização e a sensibilização da sociedade sobre a questão do infanticídio de indígenas”, teve de retirar do ar, em 2017, um vídeo que tratava do assunto.

Um pedido do Ministério Público do Distrito Federal, feito em 2015, levou a Justiça a determinar a retirada do documentário *Hakani - A história de uma sobrevivente*. O filme, segundo o MPF, tinha o objetivo de “chamar atenção acerca do tema ‘infanticídio indígena’ e legitimar as ações missionárias no interior das comunidades indígenas”.

De acordo com o MPF, a obra de ficção foi produzida em parceria com a instituição Jocum (Jovens Com Uma Missão), nome adotado no Brasil pela organização evangélica de origem americana Youth With a Mission. Fundada em 1960, a organização iniciou as atividades missionárias no Brasil em meados da década de 1970, sendo que, atualmente, possui escritórios em quase todos os Estados brasileiros.

Em sua argumentação, o MPF declarou que o filme “gerou profunda indignação na sociedade, gerando manifestações preconceituosas e discriminatórias em face das comunidades indígenas”. A veiculação do filme, justificou, bem como a exposição de imagens de crianças e adolescentes indígenas, “atinge a dignidade humana

## ‘Indignação’

“(O filme) gerou profunda indignação na sociedade, gerando manifestações preconceituosas e discriminatórias em face das comunidades indígenas.”

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

deste grupo perante a sociedade”. Os procuradores pediam à época que a ONG fosse condenada a pagar R\$ 1 milhão.

Em outubro de 2017, a Justiça do DF acatou parte dos pedidos do MPF e determinou a retirada do filme de todos os lugares. Apesar disso, o Estado verificou que ainda há links disponíveis na internet com acesso ao filme de 30 minutos. A ONG entrou com recurso sobre a decisão. A Justiça não concedeu a indenização pedida.

Procuradas, as entidades não se manifestaram até a conclusão desta edição.

Advogada e pastora, a futura ministra também ficará responsável pela Fundação Nacional do Índio (Funai). Ontem, a Damares Alves não falou sobre o assunto.

‘Sem agressão’. Em entrevista concedida no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), Damares Alves disse ser contra a política de isolamento dos índios brasileiros e que a ideia é integrá-los “sem agressão à cultura”. “Não abro mão dos meus índios”, afirmou ela ao reiterar que a Funai, atualmente no Ministério da Justiça, será transferida para sua pasta. Segundo a ministra, o plano é cuidar do índio “como um todo”, inclusive

daqueles com deficiência. “Ainda temos povos que eliminam crianças com deficiência”.

A decisão do presidente eleito, Jair Bolsonaro, de transferir a Funai de ministério causou indignação entre servidores do órgão, que veem a ministra como defensora da atuação religiosa e missionária em aldeias indígenas. Damares é assessora no gabinete do senador Magno Malta (PR-ES), que, apesar de ter sido próximo de Bolsonaro na campanha, ficou fora do ministério do novo governo.

Ontem, o senador divulgou um vídeo para aliados e eleitores no qual diz não ter indicado sua assessora para o cargo. “Esclareço que ela não é uma indicação minha, é uma escolha pessoal do presidente que a convidou. Não fui comunicado, não fui solicitado, não fui eu que a indiquei como algumas pessoas pensam. Não traduz a verdade. Ela é uma escolha pessoal do presidente da República. Eu deixo toda a sorte do mundo a ela”, afirmou Magno Malta no vídeo. / COLABOROU LORENNARODRIGUES

# O ESTADO DE S. PAULO

# Motoristas

# reagem à

# decisão

# de Fux

## 08 DEZ 2018

Ministro do STF suspendeu multas sobre frete e caminhoneiros ameaçam com greve

Lu Aiko Otta / BRASÍLIA

Em reação à decisão tomada na quinta-feira pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Fux, que mandou suspender a aplicação de multas pelo descumprimento da tabela do frete até que a corte decida se a fixação de preços é ou não constitucional, grupos de caminhoneiros passaram a discutir uma possível paralisação. Assembleias estavam marcadas para a noite desta sexta-feira e para o sábado.

A data mais provável, se o movimento for deflagrado, é a noite do próximo domingo. Alguns integrantes estavam preocupados com o risco de o movimento atrapalhar a diplomacia do presidente eleito, Jair Bolsonaro. Existe também a possibilidade do dia 21, no início do feriado de Natal.

Antes de decidir pela paralisação, o movimento aguardava, basicamente, o desenrolar de negociações que estavam em curso em Brasília. Logo pela manhã, um grupo de caminhoneiros esteve na Advocacia Geral da União (AGU) para pedir que o governo entrasse com recurso contra a decisão de Fux. “Eles vão entrar no STF para reverter isso, porque é preciso

manter a caneta do presidente”, disse Wallace Landim, o “Chorão”, presidente da Cooperativa dos Transportadores Autônomos do Brasil (BrasCoop).

À noite, a AGU divulgou nota informando que estuda a melhor forma de fazer isso. Mas, de acordo com informações da área jurídica do governo, há pouco a fazer no curto prazo porque a decisão de Fux foi “ad referendum”. Ela só poderá ser discutida quando for pautada no plenário, o que não tem data para acontecer.

Esse mesmo grupo de caminhoneiros esteve durante a tarde no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), onde funciona o escritório de transição. Tiveram contato com o futuro ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, e com o futuro ministro da Cidadania, o deputado Osmar Terra (MDB-RS), que foi relator da lei que estabeleceu a política de preço mínimo para o frete rodoviário.

A preferência dos líderes mais antigos e das grandes associações é não fazer uma nova paralisação. Mas eles não têm total controle sobre a base e admitem o risco de o movimento tomar corpo por si só, como ocorreu em maio deste ano.

“Apesar de sermos contrários a uma nova paralisação geral, não podemos nos opor à decisão dos caminhoneiros os quais representamos”, diz nota divulgada pela Associação Brasileira dos Caminhoneiros (Abcam). A Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos (CNTA), também em nota, disse que a decisão de paralisação é dos caminhoneiros e que “sempre apoiará o que a categoria decidir.”

Outra saída defendida pelos caminhoneiros é uma pressão sobre a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) para que ela antecipe a entrada em funcionamento de um sistema eletrônico de fiscalização. Um documento obrigatório, chamando Código Identificador da Operação de Transporte (Ciot), só será emitido se o preço do frete estiver de acordo com os pisos mínimos. Mas segundo dados da área técnica, ele levará meses para ficar pronto. /COLABOROU RENÉE PEREIRA

# O ESTADO DE S. PAULO

## AGU recorre de decisão que barra venda da Embraer

08 DEZ 2018

A Advocacia-Geral da União recorreu ontem ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF) para derrubar a liminar que barra a fusão entre as empresas Embraer e a Boeing. No pedido, a AGU alerta que a decisão afronta a separação dos poderes, uma vez que impede a União de decidir no momento oportuno se dá o aval ao negócio. A Embraer também informou ontem que iria “tomar todas as medidas judiciais cabíveis” para reverter a decisão da Justiça de São Paulo.

Em comunicado, a fabricante de aviões brasileira destacou que, na decisão, o juiz suspende parcialmente a combinação de negócios, “sem opor qualquer tipo de obstáculo à continuidade das negociações entre as duas empresas”.

Segundo a AGU, o conselho de administração da Embraer jamais poderia concretizar sozinho a transferência do negócio de aviação comercial da Embraer para a Boeing. A deliberação do conselho é apenas a primeira etapa do processo, que ainda passará pelo crivo da União, da assembleia geral da Embraer e de autoridades regulatórias no Brasil e no exterior.

A decisão liminar (provisória) foi tomada pelo juiz Victorio Giuzio Neto, da 24ª Vara Cível Federal de São Paulo, que mencionou a proximidade do recesso do Judiciário e a posse do presidente eleito Jair Bolsonaro como motivos para justificar suspender qualquer medida do conselho de administração da Embraer que permita a separação e a transferência da parte comercial da fabricante para a Boeing.

O negócio, acertado em julho, criaria uma nova empresa avaliada em US\$ 4,8 bilhões, onde 80% das ações seriam da Boeing, e 20% da Embraer. A conclusão do acordo, no entanto, depende de aval do governo brasileiro.

/AMANDA PUPO, DE BRASÍLIA

09 DEZ 2018

## O ESTADO DE S. PAULO

**Transição.** Equipe do futuro ministro da Justiça estuda tornar mais proativa e ágil a troca de informações financeiras do órgão de controle com instituições de investigação

# Moro pretende ampliar e reforçar estrutura do Coaf

Breno Pires / BRASÍLIA

A equipe do futuro ministro da Justiça, Sérgio Moro, pretende reforçar a estrutura do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), principal órgão fiscalizador dessa área no Brasil, e tornar mais ágil o repasse de dados às instituições de investigação. Criado há 20 anos e vinculado atualmente ao Ministério da Fazenda, o Coaf ficará sob a responsabilidade do ex-juiz da Operação Lava Jato no Paraná. Moro indicou o auditor e chefe da área de investigação da Receita Federal em Curitiba, Roberto Leonel, para comandar o órgão a partir de 1.º de janeiro.

Foi o Coaf que identificou e informou ao Ministério Público Federal (MPF) a “movimentação atípica” de R\$ 1,2 milhão entre 2016 e 2017 em uma conta do então assessor do deputado estadual e senador eleito Flávio Bolsonaro (PSL-RJ), filho mais velho do presidente eleito, Jair Bolsonaro.

O relatório, revelado pelo **Estado** na quinta-feira, apontou que uma das transações feitas pelo ex-assessor Fabrício José Carlos de Queiroz foi um cheque de R\$ 24 mil destinado à futura primeira-dama, Michelle Bolsonaro. Ontem, Bolsonaro disse que o dinheiro foi um empréstimo para Queiroz.

A proposta de mudança do Coaf prevê a ampliação do quadro de funcionários – hoje com 37 pessoas – além de investimento em tecnologia. Um dos objetivos da reestruturação é que o órgão atue de forma mais “proativa e ágil”.

Há duas formas principais de atuação do Coaf. Uma é quando uma autoridade pede a informação por causa de uma investigação em curso. Essa é a que representa a maior parte dos relatórios feitos atualmente pelo órgão. O que o reforço na estrutura pode fortalecer é a segunda forma de atuação – quando o próprio conselho identifica suspeitas, em seu trabalho de busca de dados, e encaminha espontaneamente para autoridades.

Foi com base na atuação espontânea que o Coaf enviou aos investigadores que deflagraram a operação Furna da Onça, no Rio, o relatório sobre Queiroz.

Segundo o atual presidente do Coaf, Antônio Ferreira, apesar de a comunicação espontânea ter alto impacto, o órgão “não tem estrutura suficiente para estar mais perto das investigações, para que possa prospectar ainda mais esses tipos de crimes e levar aos investigadores”. “O que se espera é que o Coaf esteja mais próximo do investigador, que o trabalho dele possa estar mais conectado lá na base, no mundo operacional, que ele possa estar mais presente ali”, afirmou ao **Estado**.

Relatórios do Coaf com base em alertas de setores econômicos sobre transações financeiras, quando há indícios de lavagem de dinheiro, abastecem órgãos como Polícia Federal, Ministério Público, Tribunal de Contas da União, Controladoria-Geral da União, Receita Federal e Polícia Civil. Em 2017, R\$ 46 milhões foram bloqueados judicialmente após atuação do Coaf, relacionado a investigações sobre lavagem de dinheiro e crimes investigados pela PF e pelo MPF (*mais informações nesta página*).

Há 15 anos no órgão, sendo 11 como diretor de inteligência, Ferreira destaca como positivo que o novo governo coloque o combate ao crime como política de Estado. “Apesar de o DNA do órgão estar ligado à área econômica, o destinatário final é a parte penal”, afirma Ferreira.

**Foco.** No Coaf e na equipe de transição há o entendimento de que a dinâmica de enfrentamento ao crime deve ser fortalecida e que é necessário focar no combate ao crime organizado e à lavagem, até como forma de prevenção. O diálogo tem sido constante entre a equipe atual e a que vai assumir em janeiro.

**CONTINUA**

09 DEZ 2018

# O ESTADO DE S. PAULO

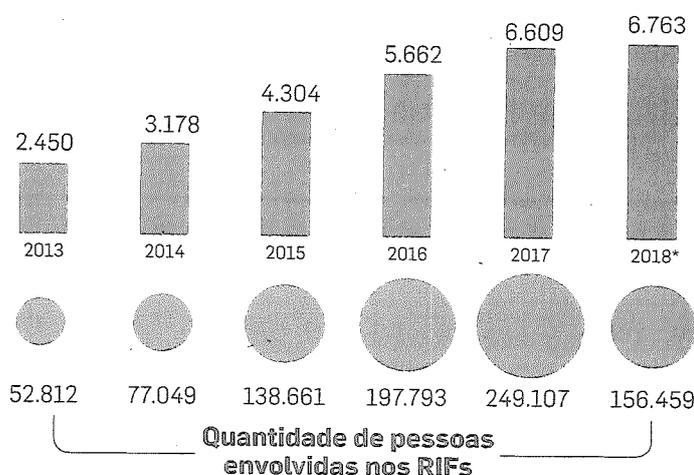
## CONTINUAÇÃO

Dentro da diretriz do novo ministério de aproximar os órgãos, a ideia é que o Coaf fique mais perto do investigador e vá além do envio de dados que o conselho considere suspeitos. Já existe no Coaf uma “sala de situação”, em que funcionários do órgão mantêm contato remotamente, por exemplo, com a força-tarefa da Lava Jato no Paraná. Uma das ideias em discussão é levar funcionários de outros órgãos para salas de situação na estrutura do Coaf.

## INVESTIGAÇÕES

● Atuação do Coaf abastece ações em curso ou identifica suspeitas, que são encaminhadas espontaneamente para autoridades

Número de relatórios de inteligência financeira (RIFs)



\*DADOS ATÉ JULHO

FONTE: COAF

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

## CONSELHO

### Função

O Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) recebe, examina e identifica suspeitas de irregularidades envolvendo atividade financeira. Em seguida, comunica às autoridades, como o Ministério Público, para que investiguem

### Quem faz parte

É formado por servidores públicos de outros órgãos. Além do corpo técnico, há um conselho de 11 integrantes de:

- Agência Brasileira de Inteligência
- Banco Central
- Comissão de Valores Mobiliários
- Ministério da Transparência

e Controladoria-Geral da União

- Polícia Federal
- Ministério da Justiça
- Ministério das Relações Exteriores
- Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
- Secretaria da Receita Federal
- Superintendência de Seguros Privados
- Ministério da Fazenda

**R\$ 46 milhões**

é o valor bloqueado judicialmente em 2017, após atuação do Coaf, relacionado a investigações sobre lavagem de dinheiro e crimes investigados pela PF e pelo MPF.

10 DEZ 2018

# O ESTADO DE S. PAULO

## PCC planeja matar promotor e chefe dos presídios

**Bilhete em código, apreendido com mulheres de presos da P2, foi decifrado pela inteligência e mostra que facção mobilizou pistoleiros**

Marcelo Godoy

O Primeiro Comando da capital (PCC) prepara uma série de atentados contra autoridades em São Paulo, caso a Justiça determine a transferência da cúpula da facção para o sistema prisional federal. Carta apreendida ontem pela polícia indica que os alvos seriam o promotor Lincoln Gakiya e o coordenador dos presídios na região oeste do Estado, Roberto Medina.

O documento estava com Maria Elaine de Oliveira e Alessandra Cristina Vieira, mulheres de presos da Penitenciária 2 (P2) de Presidente Venceslau, onde cumprem penas os chefes da facção criminosa, entre eles Marco Willians Herbas Camacho, o Marcola. A polícia o encontrou na bolsa de Maria Elaine, guardada no carro dirigido por Alessandra.

De acordo com a inteligência da polícia, nele havia a transcrição de dois “salves”, comunicados da facção com ordens ou pronunciamentos de sua cúpula e a resposta dos subordinados. No primeiro, os bandidos afirmam à cúpula que estão com o levantamento completo do primeiro alvo, chamado pelos bandidos de “frango”. “Dá pra fazer ele a hora que quiser. Nós (sic) já tem o carro e o orário (sic) tudo dele.” O alvo seria Medina, que, como coordenador dos presídios da região oeste, tem sob suas ordens a P2.

A comunicação continua afirmando que o outro “frango”, o “japonês” (o promotor Lincoln Gakiya, responsável por investigar a atuação da cúpula da facção) “é um pouco mais complicado”. O problema aqui seria a rota de fuga depois do ataque. “A cidade dele é bem maior”, diz o documento, que estava criptografado e foi decodificado pelos agentes.

O segundo “salve” codificado mostra que a missão de matar as duas autoridades seria cumprida pelo setor do PCC conhecido como “sintonia restrita”, responsável por assassinatos de integrantes do sistema penitenciário federal em 2016 e 2017. Ele havia sido enviado pela cúpula da facção ao grupo. “Essa missão é de extrema, pois se o amigo aqui for para a federal, essa situação tem que ser colocada no chão de qualquer forma”, diz o “salve”.

O documento prossegue mostrando a importância que a cúpula dá para a missão. “Os amigos querem informações toda semana para saber se vocês estão chegando com a sintonia com lealdade já demonstrada em outras situações importantes da família. Infelizmente a carona não deu certo. Existe (sic) traidores no meio de nós (sic), mas esses na melhor hora vão ter a resposta à altura”.

**Pedido.** Na semana passada, o Ministério Público Estadual (MP-PE) apresentou um pedido assinado por uma dezena de promotores em que se solicitava à Jus-

tiça a transferência de Marcola e outros 13 integrantes da cúpula da facção. O Judiciário ainda não decidiu o que fazer. Em novembro, a Justiça havia determinado a ida de seis presos da chamada Sintonia de Outros Estados e Países para o sistema federal, em razão da participação deles nos crimes descobertos durante a Operação Echelon, como a execução de dezenas de rivais em outros Estados e o tráfico de drogas.

A cúpula da facção de imediato começou a planejar uma represália. Seu plano era matar o ex-secretário da Segurança Pública Antonio Ferreira Pinto. Também planejou um resgate da cúpula, por meio do ataque à P2 de Presidente Venceslau. Para tanto, mercenários foram contratados para explodir a muralha e extrair de suas celas os chefes da facção, que seriam transportados para o exterior em aviões. Desde que os dois planos foram descobertos, Ferreira foi posto sob segurança e quase uma centena de homens do Comando de Operações Especiais (COE), armados com metralhadoras, e das Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar (Rota), blindados e helicópteros foram levados para Presidente Venceslau a fim de proteger o perímetro.

**CONTINUA**

10 DEZ 2018

## O ESTADO DE S. PAULO

### CONTINUAÇÃO

A inteligência desconfia que a descoberta desses planos é o que explica a referência à “carona” feita em um dos “salves” apreendidos. Com as duas havia ainda bilhetes com anotações sobre o “bob geral dos pavilhões”. Segundo a polícia, trata-se de contabilidade de venda de maconha (bob) nos presídios. Ao lado de indicações sobre quilos, havia anotações sobre valores das vendas de até R\$ 7,5 mil.

**Visita.** Com base nos documentos, a Seccional de Presidente Venceslau prendeu em flagrante as duas sob as acusações de colaboração com tráfico e organização criminosa. Uma das mulheres estava registrada como visita na P2 de um detentos que divide a cela com Marcola, o que seria outro indício de que o líder do PCC estaria por trás dos planos de atentados contra as autoridades.

### Mais de 300 denunciados

Responsável por denunciar criminalmente mais de 300 membros do Primeiro Comando da Capital (PCC) nos últimos cinco anos, o promotor Lincoln Gakiya disse ao Estado, em julho, que a facção tornou-se a “maior organização criminosa da América do Sul”. “O que falta ao PCC para se tornar uma organização mafiosa é a capacidade de lavar dinheiro, mas isso será obtido em breve, por causa do tráfico internacional”, destacou à época.

08 DEZ 2018

GAZETA DO POVO

09 DEZ 2018

## STF adia julgamento do pedido de Lula para ser solto

● A Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) adiou na terça-feira (4) o resultado do julgamento de um habeas corpus ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A defesa do petista pedia sua liberdade e a anulação de sua condenação no caso do triplex com base na indicação de Sergio Moro ao Ministério da Justiça do presidente eleito Jair Bolsonaro. A alegação é de que Moro foi parcial ao julgar o ex-presidente. O julgamento foi interrompido com um pedido de vista - mais tempo para analisar o processo - feito pelo ministro Gilmar Mendes. Já haviam votado contra o HC os ministros Edson Fachin, relator da Lava Jato na Corte, e a ministra Carmen Lucia.

## Moro escolhe general do PSDB para gerir a segurança



● O futuro ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, anunciou na terça-feira (4) mais dois nomes na composição do Ministério da Justiça. O secretário-executivo do ministério será o delegado da Polícia Federal (PF) Luiz Pontel, que investigou o caso Banestado na década passada - caso no qual Moro teve participação como juiz. Para a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), o indicado foi o general da reserva Guilherme Teophilo. Teophilo concorreu nas eleições deste ano ao cargo de governador do Ceará pelo PSDB, e foi derrotado nas urnas. Teophilo é aliado do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE).

## Fachin autoriza investigação de suposto caixa 2 para Onyx

● O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Edson Fachin autorizou na terça-feira (4) a abertura de investigação de suposto pagamento de caixa 2 para o deputado federal Onyx Lorenzoni (DEM-RS) e mais nove parlamentares, incluindo Renan Calheiros (MDB-AL). O financiamento ilegal de campanha teria sido pago pela J&F Investimentos, dos irmãos Joesley e Wesley Batista. Onyx é o atual ministro extraordinário da transição e futuro chefe da Casa Civil no governo de Jair Bolsonaro (PSL). Renan é ex-presidente do Senado, cargo que deve voltar a disputar em fevereiro de 2019. A decisão de Fachin atendeu a um pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR).

## COLUNA DO LEITOR

### LEWANDOWSKI

Não se trata de ofender o STF, pois o jovem advogado apenas externou um sentimento que está no coração, na mente e na boca da maioria dos brasileiros. Quantas vezes os ministros não rasgaram a Constituição que, mais do que páginas escritas, é uma instituição perene? O próprio Lewandowski fez isso no impedimento de Dilma Rousseff. É verdade, o STF é uma vergonha para o Brasil.

Luiz Eduardo Kossatz Hunzucker

10 DEZ 2018

# BEMPARANÁ

MARY SCHAFFER

Um dos grandes magistrados paranaense foi Desembargador Negi Calixto. Boas histórias dele foram contadas pela sua neta Flávia Calixto dos Santos, em seu livro **ELE AINDA**



**FALA**, lançado no Solar do Rosário. **CLICK**: a viúva Violeta, Flávia e sua mãe Jaqueline.

## Máquinas

A Promotoria de Justiça de Cerro Azul (região metropolitana de Curitiba), cumpriu ordens judiciais de busca e apreensão na Prefeitura de Doutor Ulysses e na central de abastecimento do município. A ação faz parte de investigação sobre possível ocorrência de ato de improbidade administrativa consistente na autorização ilegal do uso de máquina pública e de servidores municipais em favor de particulares.

# OSMANN DE OLIVEIRA

## JUSTIÇA

Osmann de Oliveira - Advogado



# 08 DEZ 2018

## MORO, CUIDADO!!



## IMPACTO PARANÁ

Como Juiz de Direito Federal o Senhor Sérgio Moro impôs-se pela sua cultura pessoal e pela coragem como ordenou prisões de vários ex-ministros e, inclusive de um ex-Presidente da República, que parecia intocável pelo prestígio popular de que dispunha.

Essas qualidades morais de Sérgio Moro, tornaram-no uma espécie de Conde Geral semelhante aqueles que eram ligados à Corte e levavam o título de palatinos, pois, gozavam de grande influência. Deus queira que acerte, diante da coisa pública, desordena e desrespeitada. Conseqüentemente, outro idealista, Jair Bolsonaro tornou-se pelo voto popular, Presidente do Brasil, isto é, uma espécie de soberano plenipotenciário. E assim, inteligentemente convocou, ou melhor, convidou o magistrado paranaense para ajudá-lo a reconstruir a Nação. E, então, Sérgio Moro que conheci, quando ia solicitar no Jornal em que eu trabalhava, a "Gazeta do Povo", que o Doutor Francisco - (Francisco da Cunha Pereira Filho), publicasse artigos seus, bem elaborados, sobre o direito e a justiça. Mais tarde atuamos em linhas paralelas - ele como juiz e eu como advogado - procurando sempre o equilíbrio entre a razão daquele que pedia pelo seu direito e dever, do juiz, em ser imparcial e justo na prestação jurisdicional que lhe cabia prestar.

Ao ser convocado o Juiz teve a dignidade de despir-se da sua toga e anunciar que, já, agora, no exercício de uma função política não poderia servir a dois senhores, ao Estado como executor das leis sociais, e ao Judiciário como seu interprete. Vezes há, em que o Executivo tropeça, e outras existem em que o Judiciário tem que intervir para repôr e defender a dignidade humana.

Fala-se, nos dias presentes, que Jair Bolsonaro pretende acabar com os ladrões dos cofres da Nação, e que para isto, deu ao seu auxiliar, Sérgio Moro, carta branca e gerais, e que logo, logo, muitos dos que saíram dos cárceres a eles voltarão.

É preciso, entretanto, muito cuidado, pois, a coragem sem amparo ou o amparo sem força, nada representam diante dos sicários. E o próprio Bolsonaro experimentou na carne, o corte de uma facada covarde quando empunhava a bandeira, pela reforma e tomada de um ideal de patriotismo, quando muitos já se estavam esquecendo-se daquelas palavras de Jesus aos fariseus, quando lhes trouxeram uma adúltera e lhes disseram: Mestre: **"manda Moisés, na Lei, apedrejar tais mulheres, que dizes Tú?"** E Jesus respondeu, como testemunha João, 8, 3, 4, 5 e 7: **"aquele que dentre vós estiver sem pecado que atire a primeira pedra..."**

Isso vem a propósito da forma como se está preparando ou tentando transformar um homem que carrega no seu patronímico a lenda de um guerreiro, MORO, a fim de que faça brandir no ar, não a espada da justiça rodopiada pela Deusa Minerva, mas, sim, uma arma branca capaz de decepar cabeças e cortar as pernas dos ladrões.

A missão do novo Ministro da Justiça é mil vezes mais delicada do que a do juiz que tinha por dever o julgamento sereno enquanto, já, neste momento, municiado da cabeça aos pés, poderá como os gladiadores, baixar o dedo polegar e justificar mortes não desejadas.

É bom lembrar que no Coliseu, os leões satisfiziam á fome, comendo os corpos dos heróis vencidos e expostos no chão da arena!!!

10 DEZ 2018

## JORNAL DO ÔNIBUS

# Jair Bolsonaro será diplomado hoje pelo TSE

Solenidade será a partir das 16 horas na sede da Justiça Eleitoral

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) enviou cerca de 700 convites para a cerimônia de diplomação do presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL) e de seu vice Hamilton Mourão (PRTB), que ocorre hoje, a partir das 16 horas. Os diplomas são assinados pela presidente do TSE, ministra Rosa Weber, que abre a sessão solene e indica dois ministros para conduzirem os eleitos ao plenário.

Segundo a programação elaborada pelo tribunal, na cerimônia, vão discursar o presidente eleito e a ministra Rosa Weber. Os convidados poderão acompanhar o evento no plenário e em dois auditórios do tribunal, onde serão instalados de telões para transmissão ao vivo da cerimônia. A diplomação também será transmitida pela TV Justiça e pelo portal do TSE.

A diplomação é uma etapa essencial para a posse dos candidatos eleitos e ocorre após a aprovação da prestação de contas da campanha pela Justiça Eleitoral. A movimentação financeira da campanha de Bolsonaro foi aprovada, com ressalvas, no último dia 4 de dezembro. Segundo o TSE, a diplomação confirma que o político cumpriu todas as formalidades previstas na legislação eleitoral e está apto a exercer o mandato. ■

